



Prefeitura Municipal  
de Barra de Guabiraba  
Secretaria de Educação

# **ANEXO ÚNICO**

**A**

**LEI MUNICIPAL Nº 297/2015**

# **PLANO MUNICIPAL DE** **EDUCAÇÃO** **2015 - 2024**

Barra de Guabiraba, 18 Junho de  
2015.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE GUABIRABA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRA DE**  
**GUABIRABA**

**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO**  
**MUNICÍPIO DE BARRA DE GUABIRABA - PE**  
**DOCUMENTO - BASE**  
**2015 -2024**

**BARRA DE GUABIRABA - PE**  
**2015**



ANTONIO CARLOS LOPES DA SILVA  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA DE GUABIRABA

JOSÉ ROBERTO SOARES DA SILVA  
VICE – PREFEITO

DANIEL JOSÉ DO NASCIMENTO  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARRA DE GUABIRABA





## PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME/BG

### COORDENADORA

ELIANE SUELY BARBOZA E SILVA DO NASCIMENTO

### EQUIPE DE ELABORAÇÃO

DANIEL JOSÉ DO NASCIMENTO (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO)

JUCÉLIA HENRIQUE RUFINO (GESTORA DA ENJA-EFAP)

EUZA LUCIDALVA DE SOUZA RODRIGUES (CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO)

GILBERTO CORDEIRO DE MELO (SISMUCBG / CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO)

EDILEUZA MARIA DA SILVA (ESCOLAS DO CAMPO)

DANIELLY SIMONY NASCIMENTO (GESTORA DA CRECHE MUNICIPAL)

JOSICLEIDE DOS SANTOS (COORDENADORA DE ENSINO)

QUIARA ROSA DE SOUZA NOGUEIRA (PNAIC)

EZEQUIEL CÍCERO DA SILVA (COORDENADOR - FJA)

MARIA LUCIENE DOS SANTOS (SUPERVISORA ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS)

ISÁLIA AMARA DA SILVA (PROFESSORA ITINERANTE / ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO)

MARIA CÍCERA DA SILVA (PROF. E CURSISTA DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM ED. ESPECIAL)

ADRIANA MARIA RAMOS COSTA (PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO)

MARIA GORETE DA SILVA (GESTORA DA EMMB)

DOGIVÂNIA SOUZA DA SILVA (PROFESSORA DO ENS. FUND. ANOS FINAIS-HISTÓRIA)

VERA LÚCIA DE SANTANA (REDE ESTADUAL / CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB)

MARCOS ANTONIO DA SILVA (PROFESSOR DA ÁREA DAS CIÊNCIAS NATURAIS)

ANA PAULA NASCIMENTO (ESTUDANTE DE PEDAGOGIA)

AIEDNA ALVES DE CARVALHO SILVA (PROFESSORA DO ENS. FUND)

EDINEIDE ALBUQUERQUE (ASSISTENTE DE SECRETARIA)

WILZA DRIELY OLIVEIRA TORRES (PREFEITURA MUNICIPAL)

MARIA AUNÍLIA DE JESUS (SECRETARIA DE TURISMO)

MARIA DE FATIMA BEZERRA (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO)

JOSAFÁ NEVES DOS SANTOS (PREFEITURA MUNICIPAL)

Dr. LEONARDO SARAIVA AZEVEDO (ADVOGADO DA PMBG)



## COLABORADORES - REPRESENTANTES DOS DIVERSOS SEGMENTOS DA SOCIEDADE CIVIL

JOELMA ZENAIDE DE SOUZA (PROFESSORA EFAI)  
EDIVANILDA MARIA DE OLIVEIRA (PROFESSORA EFAI)  
JAYME LIMA DA SILVA (PROF. REDE ESTADUAL E MUNICIPAL - ÁREA DE EXATAS)  
LOURIVAL FERREIRA DOS SANTOS (SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE BG)  
JOSÉ EDIVALDO DE LIMA ANDRADE (CONSELHO TUTELAR)  
LILIANE MARCIONILA DA SILVA (ESCOLA SABOR DA INFÂNCIA)  
MARIA JOSÉ DA CONCEIÇÃO (CONSELHO TUTELAR)  
CLEUBYA MARIA APARECIDA COSTA NASCIMENTO (VEREADORA)  
ALBANIELE RAIANE SOUZA DA SILVA (BOLSA FAMÍLIA)  
PAULO DINIZ DOS SANTOS (OFICINEIRO DO MAIS EDUCAÇÃO)  
ADRIANO SOARES ARAGÃO (COORDENADOR PEDAGÓGICO DA EMJA)  
JOSEFA JOSELMA DA SILVA (COORDENADORA PEDAGÓGICA DA EMFT)  
HORTÊNCIA WEDJA DA SILVA (CRAS - ASSISTÊNCIA SOCIAL)  
ALINE GISLAYNE VALDIVINO SILVA (CRAS - ASSISTÊNCIA SOCIAL)  
ALEXSANDRA MARINALVA DO NASCIMENTO (COORDENADORA-CRAS)  
MARCILENE MARLUCE SANTOS (PROFESSORA EFAI)  
MARIA DE FATIMA DE OLIVEIRA (PROFESSORA EFAI/ESTUDANTE DE PEDAGOGIA)  
MARIA DO SOCORRO SANTOS SILVA (PROF. ED. INFANTIL)  
MARIA JOSÉ SANTOS SILVA (PROF. ED. INFANTIL)  
GLECYIELLY O. MEDEIROS (SECRETARIA DE SAÚDE)  
ELI SUELLEN B. S. DO NASCIMENTO (SECRETARIA DE SAÚDE)  
MARKILENE DE LIMA (SECRETARIA DE SAÚDE)  
PAULA REGINA DA SILVA (GESTORA DA ENCL)  
IZABEL CRISTINA FERREIRA SILVA (DIRETORA ADJUNTA DA EMFT)  
AMARA MARIA BATISTA (PROF. ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS)  
RAQUEL SOARES DA SILVA (PROF. ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS)  
ELENILDA BENTO (PROF. ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS)  
MARIA EDINEIDE PEREIRA (COORDENADORA DO ALFABETIZAR COM SUCESSO)  
DÁLETHE ADÁLIA DA SILVA LIMA (IPREBAG)  
DAYANNE CAROLINE MÁXIMO DA COSTA (IPREBAG)





MARIA JOSÉ LIMA DE OLIVEIRA (GESTORA DA EMFT)  
ANA PAULA GOMES VIDAL DA SILVA (REPRESENTANTE DOS PAIS- EMJA)  
JOSELMA GOMES DA SILVA (REPRESENTANTE DOS PAIS - EMJA)  
VANDETE ÂNGELO DE FARIAS (GESTORA DA ESCOLINHA ELOHIM - PRIVADA)  
DREMILLER ANDERSON B.S NASCIMENTO (PROFª DE EXATAS-EM MJA)  
JOSÉ ROBERVAL DE LIMA (PROFª EMJA - ÁREA - ARTE)  
JOSEFA MARIA DA SILVA (PROFª EMJA - PORTUGUÊS E INGLÊS)  
MARIA ELIZÂNGELA DA SILVA (GESTORA DA ESCOLINHA SABOR DA INFÂNCIA)  
LEANDRO CÍCERO DOS SANTOS ( PROFª EFAI)  
JOSÉ QUINTINO DA SILVA (PROFª EFAF - ÁREA DE EXATAS)  
MARCOS ANTONIO DA SILVA (PROFª EFAF - Área de Ciências Naturais)  
MARIA LAURENTINO DOS SANTOS (COORDENADORA DO EFAI)  
FLÁVIA POLIANNE HENRIQUE RUFINO (NUTRICIONISTA)  
MARCELENE MARIA DA CONCEIÇÃO BEZERRA ANDRADE (DIRETORA ADJUNTA EM MJA)  
MAVIAEL CARVALHO DA SILVA (SECRETÁRIO ESCOLAR - EMMJA)  
AGUEDA AFONSO DE JESUS SILVA (SOCIEDADE CIVIL)  
SANDRA REGINA DOS SANTOS (PROFª EFAI)  
MARIA JOSÉ DE JESUS (GESTORA DA EREM LEOBALDO SOARES)  
CARLA GABRIELA DOS SANTOS (APOIO PEDAGÓGICO DA EREM LEOBALDO SOARES)  
JOSÉ ETERELDO BORBA JUNIOR (PROFª REDES ESTADUAL/ MUNICIPAL - PORTUGUÊS)  
PAULIANE REGINA S. RIBEIRO (PROFª ED. INFANTIL)  
GILMAR CORDEIRO DE MELO (TÉCNICO EM INFORMÁTICA - SENIED)  
CARLOS FERNANDO DA SILVA (TÉCNICO EM INFORMÁTICA - SENIED)



## SUMÁRIO

1.	Tabelas.....	01
2.	Gráficos.....	02
3.	Figuras.....	03



## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	Quantidade de agricultores cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão do Pronaf).	36
TABELA 2 -	Dados recentes referentes ao município de Barra de Guabiraba/PE	37
TABELA 3 -	Saúde - Estabelecimentos Mantidos	40
TABELA 4 -	Profissionais por especialidade, Médico Clínico	40
TABELA 5 -	Profissionais por especialidade, Enfermeiro da Estratégia de Saúde da Família.	40
TABELA 6 -	Profissionais por especialidade, Auxiliar de Enfermagem da Estratégia de Saúde da Família.	41
TABELA 7 -	População residente por ano.	45
TABELA 8 -	Proporção da população residente alfabetizada por faixa etária.	45
TABELA 9 -	Quantitativo de Estabelecimentos de Ensino em funcionamento em 2014.	46
TABELA 10	Estabelecimentos de Ensino por Dependência Administrativa, Localização, Endereço e Modalidade de Ensino.	46
TABELA 11	IDEB – EFAI – Dados do Brasil	48
TABELA 12	IDEB – EFAI – Dados de Pernambuco	49
TABELA 13	IDEB – EFAI – Escola Estadual	50
TABELA 14	IDEB – EFAF – Escola Estadual	52
TABELA 15	Taxa de Aprovação Anos Finais da Escola Estadual	55
TABELA 16	Resultado Prova Brasil – Escola Estadual	56
TABELA 17	Taxa de Aprovação EFAF - EMMJA	56
TABELA 18	Prova Brasil EFAF - EMMJA	57
TABELA 19	Taxa de Aprovação EFAI – EMFPFTHS	57
TABELA 20	Resultado Prova Brasil - EMFPFTHS	57







TABELA 21	Taxa de Aprovação EFAI – EMCLC	57
TABELA 22	Resultado Prova Brasil EFAI - EMCLC	58
TABELA 23	Formação dos Docentes que lecionam no município de Barra de Guabiraba/PE	64
TABELA 24	Matricula Inicial na Educação Infantil – Creche (até 3 anos) – 2010 a 2014	64
TABELA 25	Matricula Inicial na Educação Infantil – Escola I e II (4 e 5 anos) 2010 a 2014	71
TABELA 26	Matricula do Ensino Fundamental – Anos iniciais, por dependência administrativa – 2010 a 2014.	72
TABELA 27	Dados dos (as) Estudantes do 9º ano matriculados em 2014	72
TABELA 28	Taxa de Aprovação – Ensino Fundamental – Anos iniciais, por dependência administrativa – 2010 a 2014.	73
TABELA 29	Taxa de Aprovação – Ensino Fundamental – Anos finais, por dependência administrativa – 2010 a 2014.	74
TABELA 30	Taxa de Abandono – EFAF 2010 a 2014	91
TABELA 31	Estudantes Incluídos em Salas Regulares 2014	98
TABELA 32	Dados dos 3º (terceiros) anos da Rede Municipal 2013 – 2014	99
TABELA 33	DEB Projeção das Metas da Rede Municipal de Barra de Guabiraba/PE 2013, 2015, 2017, 2019 e 2021.	104
TABELA 34	Projeção da Avaliação – PISA 2015, 2018 e 2021.	106



## LISTA DE GRÁFICOS

<b><u>Gráfico 1</u></b> -	Taxa de crescimento anual por área selecionada entre 2000 e 2010.	26
<b><u>Gráfico 2</u></b> -	Distribuição da População por sexo, segundo os grupos de idade - Barra de Gubiraba - PE - 2010.	27
<b><u>Gráfico 3</u></b> -	População residente no Município por faixa etária entre 2000 e 2010.	28
<b><u>Gráfico 4</u></b> -	População Urbana, sexos: masculino e feminino.	28
<b><u>Gráfico 5</u></b> -	População Rural, sexos: masculino e feminino	29
<b><u>Gráfico 6</u></b> -	Proporção de domicílios com acesso a rede de abastecimento de água, coleta de lixo e ao escoamento do banheiro ou sanitário adequado em 2010.	30
<b><u>Gráfico 7</u></b> -	Participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto do Município - 2010.	33
<b><u>Gráfico 8</u></b> -	Taxa de crescimento do PIB nominal por setor econômico no Município e no Estado - 2005 a 2010.	34
<b><u>Gráfico 9</u></b> -	Distribuição das 5 (cinco) principais culturas de rebanho do Município - 2011.	35
<b><u>Gráfico 10</u></b> -	Distribuição das 5 (cinco) principais culturas de agriculturas do Município, segundo condição permanente/temporária (toneladas) 2011.	35
<b><u>Gráfico 11</u></b> -	IDEB – Escola Estadual EFAI	50
<b><u>Gráfico 12</u></b> -	IDEB – Escola Estadual EFAF	51
<b><u>Gráfico 13</u></b> -	IDEB – EMMJA - EFAF	52
<b><u>Gráfico 14</u></b> -	IDEB – EMPFTHS - EFAI	53
<b><u>Gráfico 15</u></b> -	IDEB – EMCLC - EFAI	54
<b><u>Gráfico 16</u></b> -	Percentual da População de 4 a 5 anos que Frequentam a Escola	63
<b><u>Gráfico 17</u></b> -	Percentual da População de 0 a 3 anos que Frequentam a Escola	63



<b><u>Gráfico 18</u></b> -	Percentual da População de 6 a 14 anos que Frequentam a Escola	70
<b><u>Gráfico 19</u></b> -	Percentual de Pessoas de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental Concluído	71
<b><u>Gráfico 20</u></b> -	Distorção – Idade/série, EREM Leobaldo Soares da Silva 2007 até 2013 EFAI	76
<b><u>Gráfico 21</u></b> -	Distorção – Idade/série, EMCLC 2007 até 2013 EFAI	77
<b><u>Gráfico 22</u></b> -	Distorção – Idade/série, EMMJA 2007 até 2013 EFAF	78
<b><u>Gráfico 23</u></b> -	Distorção – Idade/série, EMPETHS 2010 até 2013 EFAI	78
<b><u>Gráfico 24</u></b> -	Percentual da População de 15 a 17 anos que Frequenta a Escola	85
<b><u>Gráfico 25</u></b> -	Taxa de Escolarização Líquida no Ensino Médio da População de 15 a 17 anos	85
<b><u>Gráfico 26</u></b> -	Indicadores da Educação Inclusiva	90



Figura 2





## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Bandeira do Município	-
Figura 2 -	Centro da Cidade de Barra de Guabiraba	16
Figura 3 -	Folios do Sítio Cabeleira	22
Figura 4 -	Pé de Guabiraba	23
Figura 5 -	Visão panorâmica do Município	24
Figura 6	Mapa rodoviário, Percurso destacado, Barra de Guabiraba a Recife	25
Figura 7 -	Plantio de Inhame	32
Figura 8 -	Mapa de localização do Município de Barra de Guabiraba	37
Anexos		





## SUMÁRIO

1.	Apresentação.....	16
	1.1. O Diagnóstico	
	1.2 Cronograma	
2.	Antecedentes Históricos do Município.....	22
	2.1. Formação Administrativa	
	2.2. Hino da Cidade de Barra de Guabiraba - Pernambuco	
3.	Aspectos Físicos e Geográficos do Município.....	26
	3.1. Perfil Social	
	3.2. Meios de Comunicação do Município de Barra de Guabiraba	
	3.3. Sistema de Transporte do Município	
4.	Aspectos Econômicos.....	32
	4.1. Produção Econômica	
	4.2. Produção Agropecuária	
	4.3. Agricultura Familiar	
	4.4. Mapa da Localização do Município de Barra de Guabiraba	
	4.5. Dados Recentes Referentes ao Município de Barra de Guabiraba	
	4.6. Informações Socio Culturais do Município	
5.	Saúde no Município de Barra de Guabiraba PE.....	40
	5.1 Mortalidade Infantil	
6.	Aspectos Culturais de Barra de Guabiraba – PE.....	43
7.	Dados Gerais Educaconais de Barra de Guabiraba – PE.....	45
	7.1 – Calculo do IDEB	
	7.2 – Conselhos Municipais	
	7.3 – Atividades Socio Educativas	
	7.4 – Programa Mais Educação	



	7.5 - Programa Saúde na Escola – PSE	
8.	Educação Infantil..... 8.1 - Meta 1 - Educação Infantil	63
9.	Dados do Ensino Fundamental..... 9.1 - Taxa de Aprovação 9.2 - Taxa de Abandono 9.3 - Distorção Idade/série 9.4 - Meta 2 - Ensino Fundamental	70
10.	Ensino Médio..... 10.1 - Resultado no ENEM da EREM Leobaldo Soares da Silva 10.2 - Meta 3 – Ensino Médio	84
11.	Educação Inclusiva..... 11.1 - Meta 4 - Inclusão	91
	PNAIC.....	97
12.	12.1 - O PNAIC no Município de Barra de Guabiraba 12.2 - Meta 5 – Alfabetização Infantil	
13.	Programa Mais Educação..... 13.1 - Meta 6 - Educação Integral	102
14.	Meta 7 – Qualidade da Educação Básica/IDEB.....	105
15.	Meta 8 - Elevação da Escolaridade.....	109
16.	Meta 9 - Alfabetização de Jovens e Adultos.....	111
17.	Meta 10 - EJA Integrada.....	114
18.	Meta 11 - Educação Profissional.....	117
19.	Educação Superior..... 19.1 - Meta 12 - Educação Superior	118
20.	Meta 13 - Qualidade da Educação Superior.....	123
21.	Meta 14 - Pós Graduação.....	125
22.	Meta 15 - Formação de Professores.....	126
23.	Meta 16 - Formação dos Docentes.....	128
24.	Valorização Profissional..... 24.1 - Meta 17 - Valorização dos Profissionais do Magistério	130
25.	Meta 18 - Planos de Carreira.....	133



26.	Financiamento e Gestão.....	135
	26.1 - Meta 19 - Gestão Democrática.....	
27.	Meta 20 - Financiamento da Educação.....	139
28.	Acompanhamento e Avaliação.....	140

⑤



Figura 2.

## 2. APRESENTAÇÃO

Planejar é uma tarefa complexa e desafiadora que implica a assumir compromissos com o esforço contínuo de eliminação de desigualdades históricas no País. Desse modo é preciso adotar uma nova postura.

Barra de Guabiruba, dá um grande salto de qualidade educativa, ao elaborar de forma democrática e participativa, o Plano Municipal de Educação - PME, para os próximos dez anos, 2015 - 2024.

Conhecendo a legislação educacional e a realidade municipal, a partir de um mapeamento da situação socioeconômica, demográfica e, principalmente, educacional, reunimos elementos para discutir as ações e as prioridades a serem eleitas para compor o Plano Municipal de Educação - PME. O processo de elaboração do PME foi conduzido de forma democrática e transparente, mobilizando todas as forças sociais, políticas e envolvendo os poderes executivo, legislativo, e a sociedade civil organizada, na perspectiva de garantir os direitos da população, preceituada pela Constituição Federal de 1988, em seus arts. 205 e 206 e Incisos I a VII; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96; e no Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 10.172/01. Espera-se que esta contribuição venha a ser complementada com outros estudos e que, somada ao processo educativo como um todo, amplo e universal, crie estímulos para que a educação aconteça todo dia, a cada momento da história do município.







A construção de um Plano Municipal de Educação significa um grande avanço, por se tratar de um plano de Município e não somente um plano de governo. A sua aprovação pelo poder legislativo, transformando-o em lei municipal sancionada pelo chefe do executivo, confere poder de ultrapassar diferentes gestões. Nesse prisma, traz a superação de uma prática tão comum na educação brasileira: a descontinuidade que acontece em cada governo, recomeçar a história da educação, desconsiderando as boas políticas educacionais por não ser de sua iniciativa; o que não acontecerá com um plano com força de lei, respeitado pelo dirigente municipal, resgatando o sentido da continuidade das políticas públicas.

Em consonância com o PNE, o Município considerou alguns princípios que contribuirão para a garantia de resultados positivos no decorrer da execução de suas ações, tais como:

- Visão ampla do processo educativo;
- Universalização do acesso à escola para todos;
- Busca de padrão de qualidade
- Compromissos de longo prazo
- Busca constante de integração por meio do princípio de colaboração entre os entes federativos;
- Participação democrática no processo de elaboração do Plano, no acompanhamento e no controle de sua execução;
- Fortalecimento dos canais de participação popular e democratização da gestão;
- Envolvimento do Poder Legislativo;
- Abrangência de todas as etapas e modalidades de ensino;
- Busca de parcerias;
- Valorização dos profissionais de educação;
- Humanização das relações.

A elaboração desse PME constituiu-se como o momento de um planejamento conjunto do governo com a sociedade civil que, com base científica e com a utilização de recursos previsíveis, teve como intuito responder às necessidades sociais, com o envolvimento dos diferentes atores que, de forma direta ou indireta, influenciam na qualidade da educação do Município.







Foi instituída uma Comissão pelo Senhor Prefeito do Município o Exm<sup>o</sup>. Sr. Antonio Carlos Lopes da Silva através do Decreto nº 021 de 10 de Setembro de 2014, composta por representantes dos diferentes segmentos da Sociedade Civil, como segue abaixo:

**Daniel José do Nascimento** (Secretaria de Educação)

**Maria de Fatima Bezerra** (Executivo)

**Wilza Drielly Oliveira Torres** (Executivo)

**Josafá Neves dos Santos** (Executivo)

**Euza Lucidalva de Souza Rodrigues** (Conselho Municipal de Educação)

**Edileuza Maria da Silva** (Coordenadora das Escolas do Campo)

**Jucélia Henrique** (Gestora do Ensino Fundamental Anos Finais)

**Paula Regina da Silva** (Gestora do Ensino Fundamental dos Anos Iniciais)

**Vera Lúcia de Santana** (Conselho do FUNDEB)

**Gilberto Cordeiro de Melo** (SILSMUCBG/ Conselho Municipal de Educação)

**Josicleide dos Santos** (Coordenadora do Ensino)

**Cleubya Maria Costa do Nascimento** (Legislativo)

**Eliane Maria Nunes Benizio** (Legislativo)

**Adriano Soares Aragão** (Coordenador Pedagógico da EMJA)

**Adriana Maria Ramos Costa** (Representante do Programa Mais Educação)

**Danielly Simony Nascimento** (Gestora da Creche Tia Waldja)

**Paula Regina da Silva** (Gestora da EMCL - EFAI)

**Leandro Cicero dos Santos** (Professor do Ensino Fundamental - Anos Iniciais /Estandarte do Curso de Pedagogia)

**Isália Amara da Silva** (Professora da Sala de Recursos Multifuncionais - AEE)

**Joselma Gomes da Silva** (Representante dos Pais)

**Edson José da Silva-deficiente visual** (Representante dos Alunos)



Tendo como atribuições, colaborar na Elaboração do Plano Municipal de Educação, articular, mediar, planejar e coordenar as reuniões, os grupos de trabalhos, os Fóruns, Audiências Públicas e a Conferência Municipal de Educação. Foram realizadas 20 (vinte) reuniões: com a Comissão de Coordenação; 1 (um) Fórum; 2 (duas) Audiências Públicas; 2 (duas) Conferências Municipais de Educação, que proporcionaram a participação democrática, a discussão e aprovação das propostas de Metas e Estratégias para comporem o Plano Municipal de Educação.

Com a elaboração do Plano Municipal de Educação, o Município estará dando um passo de qualidade em direção ao atendimento das necessidades educacionais identificadas, às aspirações da comunidade educacional e às demandas da sociedade civil organizada.

Concluída a tramitação e aprovada a lei do PME, será constituído um fórum permanente para seu acompanhamento e avaliação com os componentes da Comissão deste PME e, em regime de parceria com o Estado e com a União, através de uma articulação, para somar esforços na participação dos processos de avaliações propostas pelos demais entes federados.

Esperamos que o Plano Municipal de Educação de Barra de Guabiraba aponte para uma Educação Plena, que contribua para a formação de cidadãos, com uma nova visão de mundo, em condições de interagir efetivamente na contemporaneidade de forma construtiva, solidária, participativa e sustentável.

## 1.1. O DIAGNÓSTICO

A construção do Plano Municipal de Educação teve como ponto de partida a elaboração de um amplo diagnóstico acerca da realidade do Município. Os resultados deste diagnóstico estabeleceram a base para a discussão das estratégias para cada meta do PNE, bem como para a definição dos objetivos a serem atingidos e das conseqüentes metas e estratégias a serem propostas no campo da política educacional.

Como referência para este diagnóstico utilizou-se diversas publicações de estatísticas tanto do país como do município, tendo como principal instrumento





dados do IBGE, INEP e da SEMED (Secretaria Municipal de Educação), e Secretarias dos Estabelecimentos de Ensino.

## 1.2. CRONOGRAMA

11/06/2013 - II Conferência de Educação do Município de Barra de Guabiraba

04/12/2013 - Formação sobre o PME – Recife

10/10/2014 - Decreto da Comissão do PME

15 e 16 /09/2014 - Formação sobre a Elaboração do PME- coordenada pela Secretaria de Educação do Estado-Vitória ( Participantes: Membros da Comissão)

24/04/2015 -15:00 às 17:30 - Audiência Pública- Auditório da EMFTH

24/04/2015 - 19:00 às 21:00 - Reunião dos GTs: 01 - Meta 1 / 02 - Meta 5 / 03 - Metas 8/9/10/ 04 - Meta 2 / 05 - Meta 4 / 06 Meta 6/ 07 Meta 7/ 08 - Meta 3 e 11/ 09 / Metas 12/13/14/ 10 - Metas 15 e 16)

28/04/2015 - Reunião da Comissão

29/04/2015 - Reunião dos GTs: 01 - Meta 1 / 02 - Meta 5 / 03 - Metas 8/9/10/ 04 - Meta 2 / 05 - Meta 4 / 06 Meta 6/ 07 Meta 7/ 08 - Meta 3 e 11/ 09 / Metas 12/13/14/ 10 - Metas 15 e 16)

30/04/2015 - Reunião da Comissão

30/04/2015 - 14:00 às 17:00 - Reunião do GT das Metas 17/18/19/20, presença de Dr. Leonardo (advogado da Prefeitura).

05/05/2015 - Reunião da Comissão



06/05/2015 - Reunião dos GTs (01 - Meta 1 / 02 - Meta 5 / 04 - Meta 7 / 03 - Metas 03 e 11 / 10 - Metas 15 e 16)

08/05/2015 - Reunião de acompanhamento do GT 2 - Meta 5

20/05/2015 - Reunião de acompanhamento do GT 1 - Meta 1

27/05/2015 - Apresentação do PME - Documento base- Para os Vereadores na Câmara Municipal

01/06/2015 - 13:00h - 18:00h Comissão do PME

01/06/2015 - 13:00h - 18:00h Comissão do PME

02/06/2015 - 13:00h - 22:20h Comissão do PME

03/06/2015 - 13:00h às 18:00h II Conferência de Educação do Município de Barra de Guabiraba

10/06/2015 - Entrega do PME - Documento Base do Município de Barra de Guabiraba - PE, ao Gestor Municipal para encaminhamento para Câmara Municipal de Vereadores.

11/06/2015 - Encaminhamento à Câmara de Vereadores



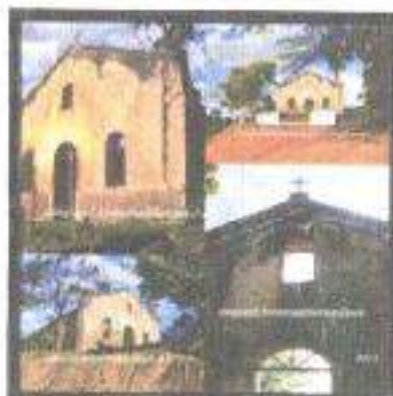


Figura 3

## 2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO

**Gentílico:** Guabirabense

**Histórico**

Barra de Guabiraba - PE

No início do século XX, residia no sítio Guabiraba, o Senhor Manoel Laurentino dos Santos, homem profundamente religioso, que sempre se manteve fiel à religião católica. Visando a manutenção do espírito religioso dos habitantes de Guabiraba, o referido senhor idealizou a construção de uma capela dedicada a São João, santo de preleção dos moradores do sítio. Para a realização daquela tarefa, a comunidade se dedicou, com afincio, num verdadeiro trabalho de "mutirão". Em 1905, a construção da capela chegara ao seu término, e em torno dela já se destacava um aglomerado de casas, testemunhando o rápido crescimento da povoação. Depois da construção da capela, a população teve a feliz lembrança de construir também na frente, um cruzeiro, símbolo destacado da fé que inspirava as pessoas ali residentes. Com a rápida movimentação das pessoas que chegavam de outras áreas vizinhas e até de outras regiões, a localidade ficou conhecida pela denominação de São João da Barra. O povoado, por se encontrar em área de terras férteis e propícias à agricultura, como a cana-de-açúcar, destinada inicialmente ao fabrico do açúcar banguê e aguardente, tornou-se um centro de atenção das populações vizinhas, em face da criação da feira livre semanal que se tornou





famosa. Com o desenvolvimento das atividades agrícolas e o comércio experimentando um progresso razoável, foi suficiente para que o povoado fosse elevado à categoria de vila em 1939. Inicialmente, o distrito chamou-se Barra, depois Itapecó e finalmente Guabiraba, até sua emancipação política. A origem do topônimo do Município de Guarabira, segundo notas encontradas a respeito, deve-se ao fato de por ali haver passado em viagem de estudos, o historiador Mário Melo, que avistando a barra próxima a confluência do rio Sirinhaém com Bonito Grande e existindo nesse local uma frondosa Guabiraba, o historiador extasiado com o que vira, teria chamado de Barra da Guabiraba.



Figura 4

④



Figura 5

## 2.1. FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

Distrito criado com a denominação de Barra de São João, pela lei municipal nº 59, de 25-06- 1915, subordinado ao município de Bonito.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Barra de São João, figura no município de Bonito. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937. Pelo decreto-lei estadual nº 235, de 09-12-1938, o distrito de Barra de São João tomou o nome Itapecó.

No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito já denominado Itapecó, figura no município de Bonito. Pelo decreto-lei estadual nº 952, de 31-12-1943, o distrito de Itapecó passou a denominar-se Guabiraba.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1955, o distrito ainda permanece no município de Bonito. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960.

Elevado à categoria de município com a denominação Barra de Guabiraba, pela lei estadual nº 3340, de 31-12-1958, desmembrado de Bonito. Sede no atual distrito de Barra de Guabiraba. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-03-1962. Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído do distrito. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

Alterações toponímicas distritais Barra de São João para Itapecó, alterado pelo decreto-lei estadual nº 235, de 09-12-1938. Itapecó para Guabiraba, alterado pelo decreto-lei estadual nº 952, de 31-12-1943. Guabiraba para Barra de Guabiraba, alterado pela lei denominado Guabiraba estadual nº 3340, de 31-12-1958.

Fonte: IBGE



## 2.2. HINO DA CIDADE DE BARRA DE GUABIRABA – PERNAMBUCO

### Hino Oficial do Município.

Música e Letra – Dr. Plácido de Souza

Tão nova e tão pequenina  
Como uma flor em botão  
Uma cidade aparece  
Como amor e exaltação

Ao braço e amor do seu povo  
Há de crescer bela e forte  
No seio dos municípios  
Do bravo leão do norte

#### Refrão

Avante, avante, avante  
Avante querido torrão  
Barra de Guabiraba  
Tua gente te quer de coração  
A memória dos antepassados  
De Enéas, Nominando e Miguel  
Por todos serão sempre honrados  
Todo o povo lhe será fiel

Engenhos e cachoeiras  
Cana-de-açúcar e café  
Cobrem a gleba sagrada  
De esperança e grande fé

Trabalho há de ser sempre o lema  
Para um futuro brilhante  
Na vida desta cidade  
A paz brilhará constante







Figura 6

### 3. ASPECTOS FÍSICOS E GEOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO

Município: Barra de Guabiraba / PE

Aspectos sócio demográficos

Demografia

A população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, a taxa de 1,63% ao ano, passando de 10.867 para 12.776 habitantes. Essa taxa foi superior àquela registrada no Estado, que ficou em 1,07% ao ano, e superior a cifra de 1,08% ao ano da Região Nordeste.

Gráfico 1

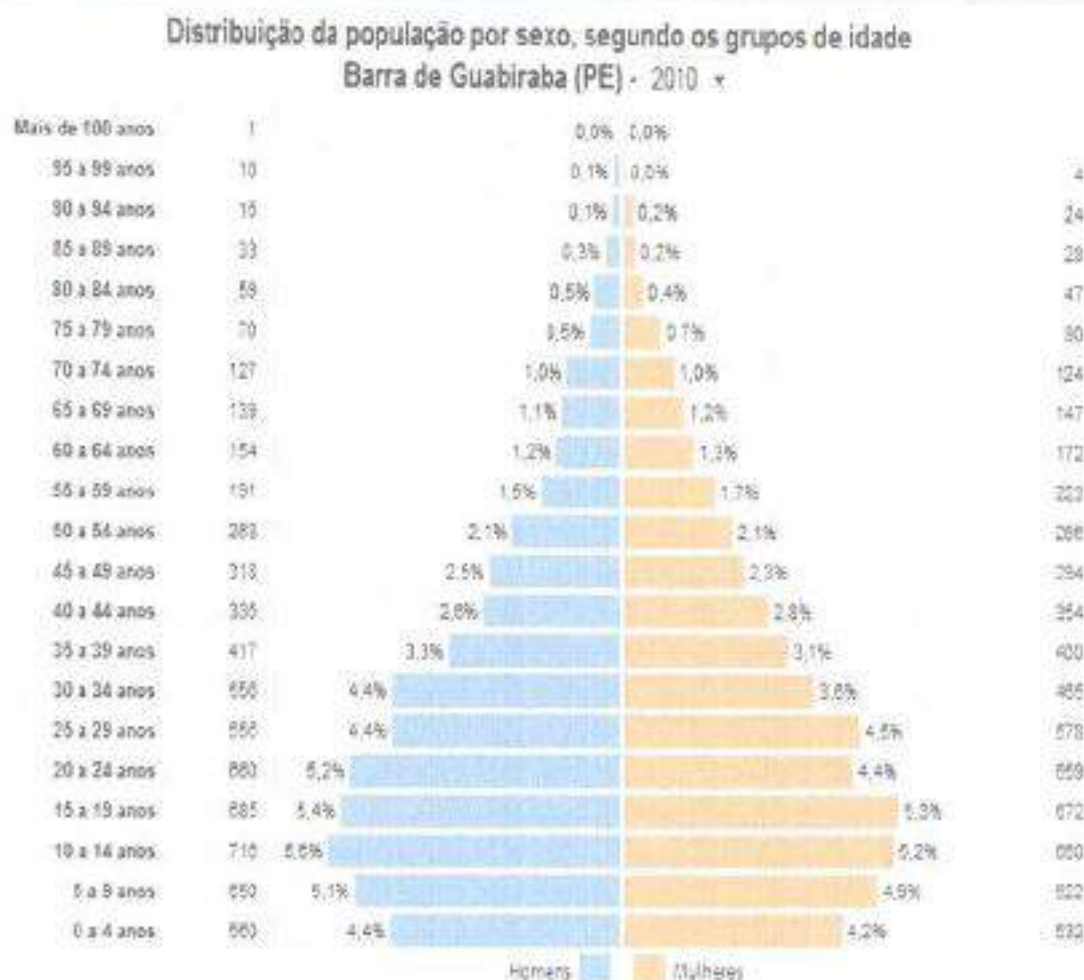


Ⓢ





Gráfico 2



Observando o gráfico acima, percebemos que o crescimento masculino sempre se apresentou maior do que o feminino, ainda que por um percentual mínimo de diferença.

A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 84,97% e em 2010 passou a representar 89,15% do total. A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população ica que, em termos anuais, cresceu 1,2% em média. Em 2000, este grupo representava 10,1% da população, já em 2010 detinha 9,7% do total da população municipal. O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010 (-0,6% ao ano). Crianças e jovens detinham 35,8% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a





3.974 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 29,3% da população, totalizando 3.740 habitantes.



Gráfico 3

A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 2,89% ao ano), passando de 5.862 habitantes em 2000 para 7.792 em 2010. Em 2010, este grupo representava 81,0% da população do município.

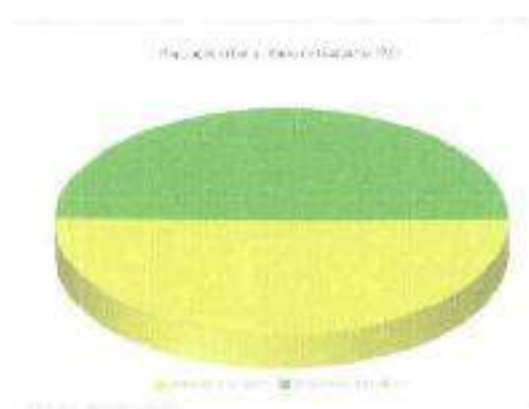


Gráfico 4



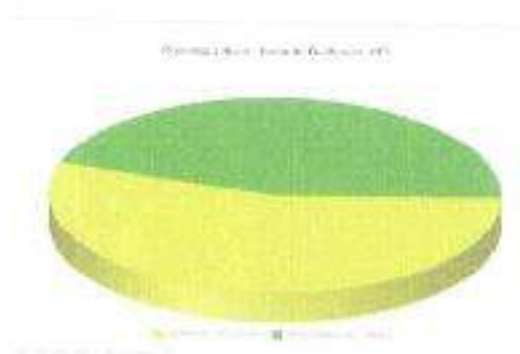


Gráfico 5

Observando os gráficos acima percebemos que o percentual de homens das zonas urbana e rural são superiores aos das mulheres.

	Zona Urbana	Zona Rural
HOMENS	50,5	55,2
MULHERES	49,5	44,8



### 3.1 PERFIL SOCIAL

Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que o fornecimento de energia elétrica estava presente praticamente em todos os domicílios



Gráfico 6

Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água o acesso estava em 86,3% dos domicílios particulares permanentes e 74,4% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado. A coleta de lixo atendia 90,0% dos domicílios.







### 3.2. MEIOS DE COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARRA DE GUABIRABA/PE

O Município acompanhou a evolução da comunicação, atualmente é utilizada a Internet, para agilização do envio de documentos e recebimento de informações, convites e exigências documentais a serem cumpridas em prazos determinados.

Segundo o Secretário de Educação Municipal, em exercício, entre suas ações está a informatização dos Dados da Rede Municipal de Educação, na própria Secretaria Municipal de Educação e de todas as Escolas Municipais.

Ainda não temos o acesso gratuito da Rede WIFI Pública no Município.

Muitos domicílios tem antena parabólica o que favorece melhor imagem e ampliação nos canais de TV.

Contamos também, com o Sistema de telefonia, Vivo, Oi e Claro, que apesar de suas limitações, nos possibilita uma comunicação mais rápida.





### 3.3. SISTEMA DE TRANSPORTE DO MUNICÍPIO

Barra de Guabiraba é um Município de aproximadamente 13.087 habitantes, os meios de locomoção mais comum são os ônibus que fazem o percurso Ribeirão/Caruaru, passando 6:00h e às 12:00h, de Caruaru para Ribeirão, passando por Barra, temos de 11:00h e de 15:30, de Barra para Recife às 6:00h e retornando às 16:20. Temos também os carros de lotação para Caruaru, Bonito, Camocim de São Félix, com menos frequência para Bezerros, São Joaquim do Monte, se houver necessidade maior se faz necessário.

Alugar. A população da zona rural ainda usa bastante para deslocamento, cavalos, burros ou transporte próprio.

Quanto ao Transporte Escolar é garantido, apesar das dificuldades do acesso, os ônibus quebram com frequência, há todo um cuidado na manutenção, mas este problema não é evitado por conta das estradas, principalmente no período das chuvas, o que deixa os estudantes sem condições de chegar às escolas do município. Dependendo da distância eles vêm a pé. Torcemos que haja uma solução para esta situação, que além de ser desagradável para os educandos, causa muito desconforto aos que fazem a Secretaria Municipal de Educação com o descontentamento dos pais/responsáveis.



Figura 7

## 4. ASPECTOS ECONÔMICOS

### 4.1 Produção Econômica

Entre 2005 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 62,8%, passando de R\$ 28,6 milhões para R\$ 46,6 milhões. O crescimento percentual foi superior ao verificado no Estado, que foi de 57,1%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual aumentou de 0,06% para 0,06% no período de 2005 a 2010.



Gráfico 7



A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual respondia por 77,2% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 9,4% em 2010, contra 10,7% em 2005. Variação essa similar à verificada no Estado, em que a participação industrial cresceu de 10,7% em 2005 para 18,9% em 2010.

A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual respondia por 77,2% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 9,4% em 2010, contra 10,7% em 2005. Variação essa similar à verificada no Estado, em que a participação industrial cresceu de 10,7% em 2005 para 18,9% em 2010.



Gráfico 8





## 4.2. Produção Agropecuária

Quando analisamos os aspectos econômicos do município, é importante levar em consideração, dentre outros fatores, a sua capacidade de geração de renda através de atividades nas áreas da pecuária e agricultura. No caso da pecuária, dados coletados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, referentes a 2011, apontam que as 5 (cinco) principais culturas de rebanho local são as indicadas no gráfico abaixo:

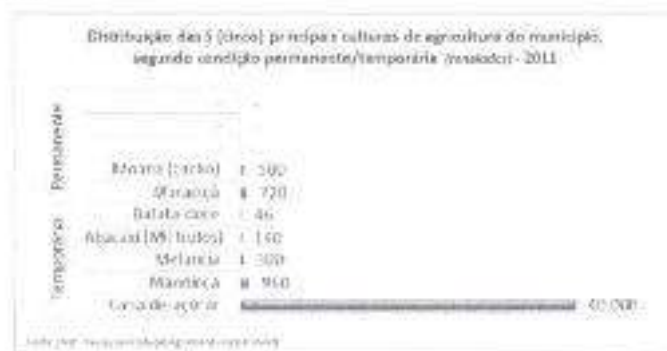


Fonte: IBGE  
– Pesquisa  
Produção  
Agrícola  
Municipal

(PAM)

Gráfico 9

Além do campo da pecuária, a supracitada pesquisa também trouxe dados acerca da área de agricultura local. Neste caso, foram coletados dados acerca das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município, divididas entre aquelas permanentes e aquelas temporárias, conforme demonstrado no gráfico que segue:



Fonte: IBGE – Pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM)

Gráfico 10

Nas últimas décadas as principais culturas do Município passou a ser, Flores (até 2008) e Inhame, hoje o Município de Barra de Guabiraba é um dos maiores produtores de Inhame da região, trazendo com isso muitos benefícios financeiros, tanto para os proprietários das terras cultivadas quanto para os agricultores que nelas trabalham, garantindo com a remuneração recebida sua sobrevivência e de sua família.





### 4.3 Agricultura Familiar

O município possuía 160 agricultores familiares em 2006, que correspondia a 77% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam a 15% da área, ocupavam 60% da mão-de-obra do setor e participavam com 63% do valor da produção agropecuária municipal. Atualmente, temos 241 agricultores familiares cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) neste município. A tabela abaixo apresenta esses dados relativos também ao seu Estado e ao Brasil:

#### Quantidade de agricultores cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf)

<b>Município</b>	<b>241</b>
<b>Estado</b>	<b>337.933</b>
<b>Brasil</b>	<b>4.395.395</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Tabela 1



Figura 8

### Municípios Limítrofes:

Bonito, Camocim de São Félix, Cortês, Sairé, Gravata.

### DADOS RECENTES REFERENTES AO MUNICÍPIO DE BARRA DE GUABIRABA

Área da unidade territorial	114,650	km <sup>2</sup>
Estabelecimentos de Saúde SUS	9	estabelecimentos
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,577	
Matrícula - Ensino fundamental - 2012	2.418	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2012	495	matrículas
Número de unidades locais	110	unidades
Número de unidades locais	110	unidades
Pessoal ocupado total	5.120	pessoas
PIB per capita a preços correntes - 2012	5.139,28	reais





População residente	12.776	peessoas
População residente – Homens	6.515	peessoas
População residente – Mulheres	6.261	peessoas
População residente alfabetizada	7.758	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	4.248	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	9.851	peessoas
População residente, religião espírita	5	peessoas
População residente, religião evangélicas	2.204	peessoas
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes – Rural	143,20	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes – Urbana	203,00	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio – Rural	627,02	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio – Urbana	1.008,89	reais

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Tabela 2







## 5. SAÚDE NO MUNICÍPIO DE BARRA DE GUABIRABA - PE

Dados da Mantenedora				
Mantenedora:		Respostas - BARRA DE GUABIRABA		
Nome Empresarial	CNPJ:	Retenção de Tributos:		
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE GUABIRABA	10120962000135	CIDADE PÚBLICA		
Logradouro:	Número:	Complemento:	Bairro:	
RUA MIGUEL TEIXEIRA	S/N	CENTRO	CENTRO	
Município:	CEP:	UF:	Região de Saúde:	Telefone:
BARRA DE GUABIRABA	5520000	PE	104	
Agência:	Conta Corrente:	Natureza Jurídica:		
09140	91127	ORGÃO PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL		
Mantidos				
CNES	Nome Fantasia	Ramo Social		
6681958	PSF CARANGUEJO	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE GUABIRABA		
2703990	CENTRO DE SAÚDE PRESIDENTE CASTELO BRANCO	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE GUABIRABA		
5056731	PSF IV MARIA DE LOURDES DA SILVA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE GUABIRABA		
7040000	SECRETARIA DE SAÚDE DE BARRA DE GUABIRABA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE GUABIRABA		
2630567	PSF II NOVA ESPERANÇA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE GUABIRABA		
2630583	PSF I JOSE MARCOLINO DO NASCIMENTO	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE GUABIRABA		
2703343	UNIDADE MISTA PAULO VIANA DE QUEIROZ	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE GUABIRABA		
2714008	PSF III MARIA AUXILIADORA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE GUABIRABA		
7371597	NASF HERBELIS LUIZ ESTEIRA DA SILVA	NASF BARRA DE GUABIRABA		
TOTAL				

Tabela 3

Profissionais por Especialidade		
MÉDICO-CLÍNICO		
Nome	Município	UF
JUAREZ FERREIRA DA SILVA	BARRA DE GUABIRABA	PE
ROBSON BORBA ALVES	BARRA DE GUABIRABA	PE
RENE CORREIA SEMIN FILHO	BARRA DE GUABIRABA	PE
MARCOS FERNANDES SAMPAIO	BARRA DE GUABIRABA	PE
SEVERINO HELIO DE CARVALHO	BARRA DE GUABIRABA	PE
RAPHAEL ALMEIDA GOMES SALGADO	BARRA DE GUABIRABA	PE

Tabela 4

Profissionais por Especialidade		
ENFERMEIRO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA		
Nome	Município	UF
GLEICIELLY OLIVEIRA DE MEDEIROS	BARRA DE GUABIRABA	PE
LORENA DAVILLA DE ANDRADE XAVIER	BARRA DE GUABIRABA	PE
AMANDA GABRIELA DE JESUS SILVA	BARRA DE GUABIRABA	PE
ELI SUELLEN BARBOZA E SILVA DO NASCIMENTO	BARRA DE GUABIRABA	PE
KATIA VIEIRA DA SILVA	BARRA DE GUABIRABA	PE

Tabela 5





#### 4.6. INFORMAÇÕES SÓCIO CULTURAIS DO MUNICÍPIO

População	12.776 hab.
Área	114,650 km <sup>2</sup>
Bioma	Mata Atlântica
Instalado em	01/03/1962

População estimada 2014 (*)	13.808
População 2010	12.776
Área da unidade territorial (km <sup>2</sup> )	114.650
Densidade demográfica (hab/km <sup>2</sup> )	111,43
Código do Município	2601300
Gentílico	patribuense
Prefeito	ANTÔNIO CARLOS LOPES DA SILVA



Fonte: <http://www.cities.ipe.br/>

Se compararmos a População dos anos 2010, 12.776 habitantes e a estimativa de 2014 de 13.808, percebemos que houve um aumento de 1.032 habitantes, o que equivale a 8,1% de aumento.





Profissionais por Especialidade		
AUXILIAR DE ENFERMAGEM DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA		
Nome	Município	UF
LUCIENE TERESA BEZERRA	BARRA DE GUABIRABA	PE
SAADIA SUELY TORRES XIMENES	BARRA DE GUABIRABA	PE
MEYRE LUCE LIBERATO DE SANTANA	BARRA DE GUABIRABA	PE
TAIZE AMARA DOS SANTOS	BARRA DE GUABIRABA	PE
EDJANE MARIA BATISTA	BARRA DE GUABIRABA	PE

Tabela 6

As tabelas acima se referem aos profissionais: médicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem, que prestam serviços nos estabelecimentos de saúde do município, na área clínica e da estratégia de saúde da família.

O Município de Barra de Guabiraba, dispõe de uma rede de saúde pública distribuída entre: Secretaria Municipal de Saúde, Unidade Mista Paulo Viana de Queiroz(em reforma para ampliação), a Policlínica Presidente Castelo Branco, (que tem feito os atendimentos de suas atribuições somando as prioridades da Unidade Mista (em reforma), 5 (cinco) Unidades Básicas de Saúde, destas uma, na zona rural, o NASF Herbel's Luiz Bezerra da Silva, totalizando 9(nove) estabelecimentos de Saúde Pública.Quanto ao atendimento da rede privada, existe duas clínicas que realizam consultas médicas e exames laboratoriais. Dispomos de um laboratório de análises clínicas municipal e 3(três) da rede privada, dois destes pertencentes as duas clínicas citadas anteriormente. Contamos com os Agentes Comunitários de Saúde, que muito tem contribuído com as questões da Dengue e o combate a outras endemias, visitando domicílios, observando a possibilidade de foco e orientando os munícipes dos procedimentos para evitar a contaminação.Mesmo não tendo chegado a ser considerada um problema de saúde pública, a Dengue,houve um aumento na constatação de contaminados, apresentando índices significativos. Quanto aos Serviços Odontológicos, a Policlínica oferece este atendimento e cada UBS (Unidade Básica de Saúde), presta atendimento na área de sua responsabilidade, contamos com dois consultórios odontológicos que atendem pela





rede privada. Todos os dias há deslocamento de transporte gratuito, 01 (um) para Recife (capital) e 01 (um) para Caruaru, para atender aos pacientes que necessitam de atendimento especializado, que não é oferecido no próprio município.

## 5.1 MORTALIDADE INFANTIL

Em 22 anos, a taxa de mortalidade infantil no Brasil caiu 77%. Em 1990, o País registrou 62 mortes de crianças a cada mil nascidos vivos. Já em 2012, foram 14 mortes a cada mil nascidos vivos. O resultado coloca o Brasil em 120º lugar no ranking, entre mais de 190 países.

Quanto a natalidade, observamos que em 2013 e 2014, Barra de Guabiraba tem proporcionado através da assistência da Secretaria de Saúde, Programas de Controle da Natalidade e Acompanhamento das Gestantes, através do Pré-Natal. Estas ações tem conseguido manter a diminuição dos natimortos, da mortalidade infantil e de morte de mulheres em idade fértil.

Dados referentes aos Óbitos em Mulheres em Idade Fértil:

2012 - 02

2013 - 02

2014 - 08

Observação: Nesses anos não houve Óbito Materno

Dados referentes a Óbito Infantil

2012 – 04 óbitos sendo 01 natimorto

2013 – 03 óbitos sendo 01 natimorto

2014 – 02 óbitos sem natimorto

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde / Vigilância em Saúde







## 6. ASPECTOS CULTURAIS

Na Cultura do Município de Barra de Guabiraba, existem alguns eventos diversificados que ocorrem ao longo do ano, Carnaval, Festejos juninos, Festa de São Sebastião. Se destacavam nas formas de manifestações culturais, em décadas passadas: animavam os festejos carnavalescos; o bloco de Grego, o boi da Novinha, as alaursas de Dirino e Toinho de Grego, Armanço da Cobra Tricolor e papanguns desfilando pelas ruas da cidade, a visita da escola de samba do município de Cortês nas terças de carnaval; em tempos mais recentes, temos o bloco do Cicinho. Percebemos que a cada ano esta festa vem sendo menos comemorada em nosso município; os que gostam da folia se deslocam para Bezerros, cidade próxima ou para as praias que não estão a longas distâncias do município. Passamos aos festejos juninos, antigamente com a mazorca dançada, em casa das famílias, enfeitadas com adornos relacionados a época, de Dona Santina, dos Massau, Mané Pivô e Dona Linda, nos diferentes pontos da cidade, onde se juntava toda a vizinhança para a festança, depois continuava com um bom forró de pé de serra, xote e baião, instrumentos utilizados: sanfona, triângulo e zabumba, nestas festas havia o acendimento da fogueira, solta de fogos e balões, deguste da pamonha, canjica, milho cozido ou assado na palha, (dentro da fogueira) os batismos em volta da fogueira, adivinhações, principalmente no dia 12/06, véspera do Dia de Santo Antônio, relacionada com casamento. A partir dos anos 70/80 era utilizado o espaço do Mercado Público (que em dia de feira vendia feijão) era enfeitado com bandeirinhas, balões, correntes coloridas de papel de seda, revistas velhas e jornal onde acontecia o arrasta pé, e apresentação de quadrilhas, escolha da rainha do milho, representantes das diversas escolas. Nos anos 80 passou-se a utilizar o Clube Municipal para estas e outras festividades. De 90 até a atualidade, passamos a ter, a organização de um grande palhoção no centro da cidade, ruas enfeitadas de bandeirolas, balões, palha de coco e de milho, as fogueiras já não podem ser feitas nas ruas que receberam asfalto, não se tem apenas o forró de pé de serra, o xote e o baião mas também outros tipos de músicas tocadas no ritmo de forró, apresentações de quadrilhas tradicionais e estilizadas.

Ainda que seja o padroeiro do Município, São João, as comemorações religiosas não são grandiosas há missas durante o mês junino e culmina com uma procissão.





Nas memórias dos barra guabirabenses mais antigos ficou o pastoril de dona Antonieta, animado por seu Félix pintor, na contemporaneidade a Professora Luciene Santos ensaiava com as crianças, e apresentava-se sempre nos festejos natalinos.

A festa que se destaca, e passou a fazer parte da Cultura local há 109 anos, é a Festa de São Sebastião, que acontecia há algumas décadas passadas no segundo final de semana do mês de janeiro, mas de alguns anos para cá passou a realizar-se no primeiro final de semana do mês de fevereiro, tendo na parte religiosa: missa todos os dias, crisma, primeira comunhão procissão, leilão de produtos doados, bolo, galetos assados, cachos de banana, ovos de capoeira, galinhas de capoeira, etc; realizado em frente a igreja católica, a outra parte da festa é composta por apresentação de bandas famosas e pratos da casa e o leilão de gado. Mas, o melhor desta festa é que ela proporciona o encontro das famílias, que se esforçam pra vir, mesmo há anos morando em outros estados.





## 7. DADOS GERAIS EDUCACIONAIS

A Educação Básica compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais. De acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) onde cita em seu Art. 22, Lei 9394/96: 'A Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores'. O Município de Barra de Guabiraba alcançou avanços educacionais nos últimos anos, mantém uma matrícula constante em todos os níveis e recebeu todos os alunos do Ensino Fundamental Anos Iniciais, oriundos da Rede Estadual e os de 6º e 7º e 8º anos do Ensino Fundamental Anos Finais.

População residente – 2000 a 2009

Ano	População	Método
2009	11.624	Estimativa
2008	11.504	Estimativa
2007	11.297	Estimativa
2006	11.251	Estimativa
2005	11.200	Estimativa
2004	11.128	Estimativa
2003	11.009	Estimativa
2002	11.011	Estimativa
2001	10.903	Estimativa
2000	10.928	Censo

Fonte: IBGE, Censos e Estimativas

Proporção da População Residente Alfabetizada por Faixa Etária		
Faixa Etária	1991	2000
0 a 9	10,0	24,5
10 a 14	53,3	69,4
15 a 24	81,8	75,8
25 a 49	46,1	54,8
50 e +	20,2	27,7
Total	40,4	52,8

Fonte: IBGE/Censos

Tabela 7

Tabela 8

As tabelas acima se referem, a População residente por ano, de 2000 a 2009 e a Proporção da População Residente Alfabetizada por faixa Etária.

Segundo o Censo de com 2010, o Município de Barra de Guabiraba apresenta um número preocupante de Analfabetos com mais de 15 (quinza) anos, totalizando 3.148, o que equivale a 34,84 %, destes 2.351 se encontravam sem atendimento, equivalendo a 25,32%.

Apresentamos abaixo duas tabelas: Tabela 9. Quantitativo de Estabelecimentos de Ensino do Município em funcionamento em 2014 e a Tabela 10. Apresentando a relação das Escolas, Dependência Administrativa, Endereço e Modalidade de Ensino ofertadas.







## QUANTITATIVO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO EM FUNCIONAMENTO EM 2014

NÚMERO DE ESCOLAS - EDUCAÇÃO BÁSICA				
Municipais		Estadual	Privada	Total
Urbana	Rural	Urbana	Urbana	
07	03	01	02	13

Fonte: Secretaria de Educação Municipal (SEMED)

Tabela 9

## ESTABELECIMENTOS DE ENSINO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, LOCALIZAÇÃO, ENDEREÇO E MODALIDADE DE ENSINO.

ESCOLAS						
Código	Escola	Município	Dependência Administrativa	Localização	Endereço	Modalidade de Ensino
2909069 1	Escola Ministro Marcos de Barros Pereira	Barra de Guabiraba-PE	Municipal	Urbana	Av. Afonso Alves, Nova Esperança, 300.	Educação Infantil Ensino Fundamental Anos Iniciais
2909270 5	Escola Claudio Lopes da Carvalho	Barra de Guabiraba-PE	Municipal	Urbana	Av. Maria das Neves, Nova Esperança, S/N.	Ensino Fundamental Anos Iniciais
2909288 3	Escola Professora Francislete Terório Holanda Silva	Barra de Guabiraba-PE	Municipal	Urbana	Praça Carlos Augusto Alves de Araújo, Nova Esperança, S/N.	Ensino Fundamental Anos Iniciais
2909289 2	Escola David Gonçalves	Barra de Guabiraba-PE	Municipal	Urbana	Rua Olímpio Nunes Couto, Centro, S/N.	Ensino Fundamental Anos Iniciais
2909271 3	Escola Manoel Damásio Monteiro	Barra de Guabiraba-PE	Municipal	Urbana	Av. Enéas Teixeira de Carvalho, Centro, S/N.	Ensino Fundamental Anos Iniciais
2909268 6	Escola Maria Judith de Albuquerque	Barra de Guabiraba-PE	Municipal	Urbana	Praça Carlos Augusto Alves de Araújo, Nova Esperança, S/N.	Ensino Fundamental Anos Iniciais
2614830 7	Creche Tia Wailja	Barra de Guabiraba-PE	Municipal	Urbana	Av. Severino Miguel da Silva, S/N.	Educação Infantil
2908280 2	Escola Heremegildo	Barra de Guabiraba-PE	Municipal	Rural	Sítio Joriscapa	Educação Infantil







	Alves da Silva	Guabiraba-PE			Ensino Fundamental Anos Iniciais
2906270	Escola Manoel Afonso da Silva	Barra de Municipal Guabiraba-PE	Rural	Sítio Gata	Educação Infantil Ensino Fundamental Anos Iniciais
29062713	Escola Firmão José Alves	Barra de Municipal Guabiraba-PE	Rural	Sítio Caranguejo	Educação Infantil Ensino Fundamental Anos Iniciais
2906295	EREM Leobaldo Soares da Silva	Barra de Municipal Guabiraba-PE	Urbana	Av. João Ferreira Junior, Nova Esperança, S/N	Ensino fundamental Anos Finais Ensino Médio Semi-integral, Travessa Fundamental e Médio.
26347624	Escolinha Eólio	Barra de Municipal Guabiraba-PE	Urbana	Travessa Maria das Neves, Nova Esperança, S/N	Educação Infantil Ensino Fundamental Anos Iniciais
26162004	Escolinha Sabor da Infância	Barra de Municipal Guabiraba-PE	Urbana	Travessa Maria das Neves, Nova Esperança, S/N	Educação Infantil Ensino Fundamental Anos Iniciais

Tabela-10

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SEMED)

A garantia de Direito à Educação não se resume na oferta da matrícula. O PNE (Plano Nacional de Educação) define como prioridade a garantia e a ampliação do acesso, melhoria das condições de permanência e o aprimoramento da qualidade da Educação Básica, ofertada a todos(as) brasileiros(as). Por este motivo, as instituições responsáveis pela Educação Pública devem assegurar meios capazes de proporcionar aos educandos condições de permanência, aprendizagem e conclusão de cada modalidade de ensino, conduzindo assim ao aumento do nível de escolaridade da população.

Dentre os indicadores relevantes para a qualidade educacional brasileira, destaca-se o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Este apresenta dois indicadores utilizados para monitorar nosso Sistema de Ensino: Indicadores de fluxo (promoção, repetência e evasão); Pontuações, em exames padronizados, obtidas por estudantes que cursam o 3º e 5º anos do Ensino





Fundamental Anos Iniciais e o 9º ano do Ensino Fundamental dos Anos Finais e o 3º ano do Ensino Médio.

## 7.1 CÁLCULO DO IDEB

- Utiliza o ano da Prova ( SAEPE ou Prova Brasi ) Censo Escolar;
- Média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 (zero) e 10 (dez), dos estudantes da Unidade Escolar, obtida em determinada edição do exame realizado ao final de cada etapa de ensino;
- Indicador de rendimento, baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos estudantes da Unidade Escolar (Ensino Fundamental e Médio).

Uma análise das metas em relação ao IDEB atingido demonstra que o Município de Barra de Guabiraba, conseguiu nos últimos dois anos avançar na melhoria de seus resultados, mas, ainda precisa continuar investindo e incentivando, professores, alunos e os demais atores das escolas para que o nosso Município consiga chegar aos patamares estabelecidos pelo MEC. Apresentamos abaixo tabelas referentes ao IDEB observado e as Metas projetadas até 2021 do Brasil, Pernambuco e nosso Município – Barra de Guabiraba - PE:

**Tabela 11. IDEB – ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS**  
**Dados do Brasil**

	IDEB Observado					Metas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
<b>Total</b>	3,8	4,2	4,6	5,0	5,2	3,9	4,2	4,6	4,9	6,0
<b>Dependência Administrativa</b>										
<b>Estadual</b>	3,9	4,3	4,9	5,1	5,4	4,0	4,3	4,7	5,0	6,1
<b>Municipal</b>	3,4	4,0	4,4	4,7	4,9	3,5	3,8	4,2	4,5	5,7
<b>Privada</b>	5,9	6,0	6,4	6,5	6,7	6,0	6,3	6,6	6,8	7,5
<b>Pública</b>	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9	3,6	4,0	4,4	4,7	5,8

Tabela 11





## Dados de Pernambuco

Ideb Observado						Metas Projetadas										
Estado †	2005 †	2007 †	2009 †	2011 †	2013 †	2007 †	2009 †	2011 †	2013 †	2015 †	2017 †	2019 †	2021 †	2017 †	2019 †	2021 †
Pernambuco	2,8	3,3	3,7	3,9	4,1	2,9	3,2	3,6	3,9	4,2	4,6	4,8	5,1	4,5	4,8	5,1

Tabela 12





## IDEB - BARRA DE GUABIRABA/PE

### IDEB - Resultados e Metas

Parâmetros da Pesquisa			
Resultado:	Município:	UF:	PE
Município:	BARRA DE GUABIRABA	Rede de ensino:	ESCOLA
Série/Ano:	2ª série/5º ano:		

#### Primeiro Ciclo

Município	Idéb Obterido					Metas Propostas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
BARRA DE GUABIRABA	3,4	3,4	4,1	3,5	***	3,4	3,5	4,3	4,5	4,8	5,1	5,4	5,7

#### Obs:

\* Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados.

\*\* Situação de não divulgação conforme Portaria Inep nº 704 de 24 de junho de 2013.

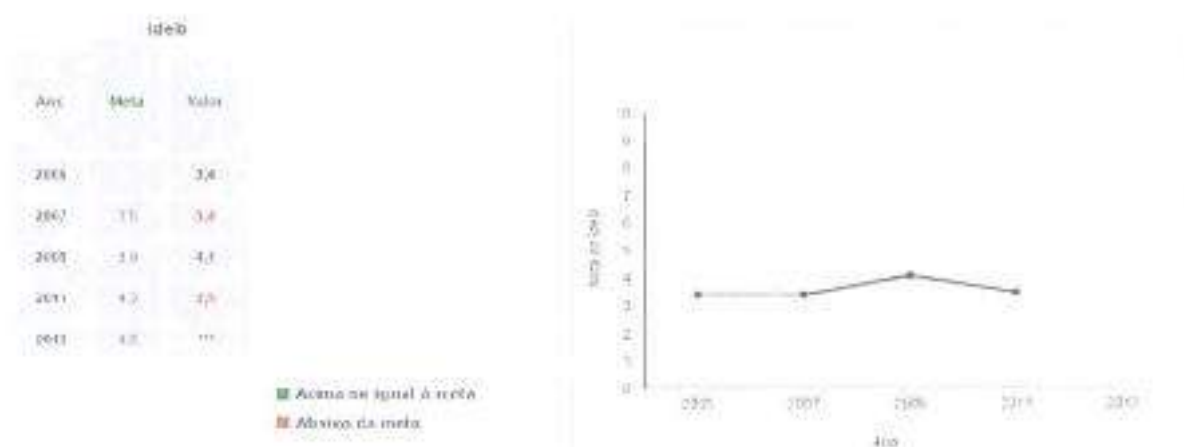
\*\*\* Sem média na Prova Brasil 2013. Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho divulgado.

\*\*\*\* Não divulgado por solicitação da Secretaria Escolar devido a situações adversas no momento da aplicação.

Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Tabela 13

### Gráfico 11 – IDEB – ESCOLA ESTADUAL – EFÁI



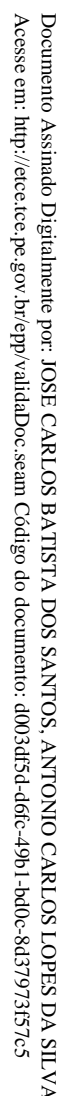
\* Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados.

\*\* Situação de não divulgação conforme Portaria Inep nº 704 de 24 de junho de 2013.

\*\*\* Sem média na Prova Brasil ou sem teste de aplicação.

\*\*\*\* Não divulgado por solicitação da Secretaria Escolar devido a situações adversas no momento da aplicação.





Dados do Ensino Fundamental Anos Finais – Escola Estadual





## DADOS DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA JUDITH DE ALBUQUERQUE

### IDEB - Resultados e Metas

Ficha básica da Escola			
Identificador	Hyf1111	UF	PE
Município	BARRA DO CHARRAS	Rede de ensino	Municipal
Série/Ano	8ª série/9º ano		

### Visualizar

Município	Dados Observados								Metas Projetadas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2013	2015	2017	2019	2021
BARRA DO CHARRAS	2,4	2,6	2,2	2,5	2,6	2,5	2,5	2,5	2,5	2,7	2,9	3,1	3,3

Tabela 14

Obs:

As informações apresentadas nesta página são referentes apenas aos resultados das avaliações.

Fonte: INEP, com base em dados do INEP/IBDE/IDEB, 2005-2013, 2015-2021.

As informações são apresentadas em ordem alfabética, de acordo com o ranking das escolas, considerando o ano de avaliação.

As informações são apresentadas em ordem alfabética, de acordo com o ranking das escolas, considerando o ano de avaliação.

Os dados são apresentados em ordem alfabética, de acordo com o ranking das escolas, considerando o ano de avaliação.

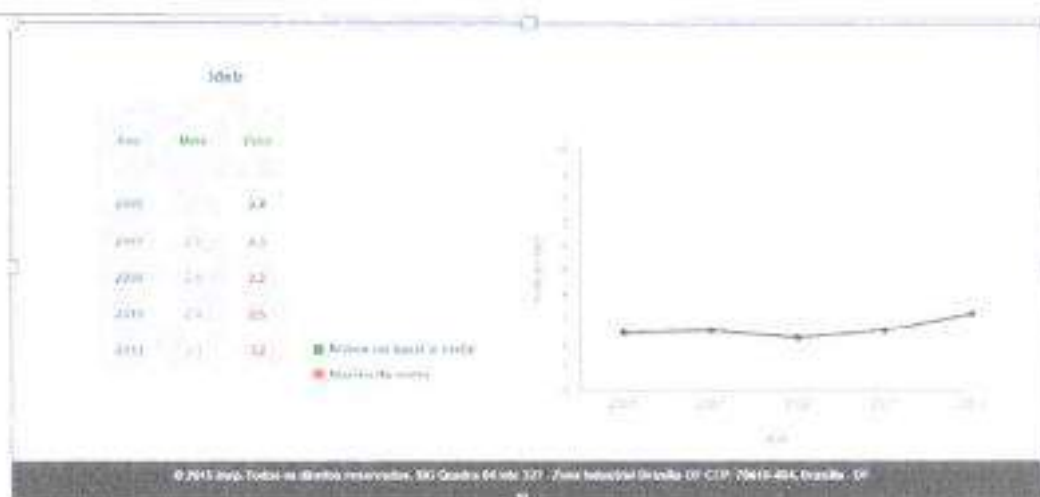


Gráfico 13 - IDEB - FMMJA - EFAF

Observando o resultado do IDEB dos anos de 2005 a 2013, do Ensino Fundamental Anos Finais, esta escola municipal apresenta um resultado insatisfatório, na maioria dos anos, apenas no ano de 2007 o IDEB foi alcançado 2,6 além da meta projetada que era 2,5. Houve uma queda em 2009, passa a 2,2, um dos piores IDEB da GRE Mata Centro, houve uma melhora em 2009, voltou-se ao 2,6, a meta projetada para 2013 era 3,3 e a escola conseguiu 3,2, considerando os esforços da gestão e toda comunidade escolar, no entanto se faz necessário





investimento contínuo e esforço de todos os atores para juntos alcançarem a meta projetada para 2015 de 3,7 ou avançar além dela.

### ESCOLA MUNICIPAL PROFª FRANCISDETE TENORIO DE HOLANDA SILVA



Gráfico 14 – IDEB – EMPFTS - EFAI

A Escola Municipal Professora Francisdete Tenório de Holanda, observando o gráfico acima, percebe-se que houve uma elevação nos resultados, 2011 o IDEB foi 3,1 e em 2013 a meta era 3,4 e o esforço foi superado com o resultado de 3,8.





## ESCOLA MUNICIPAL CLAUDIO LOPES

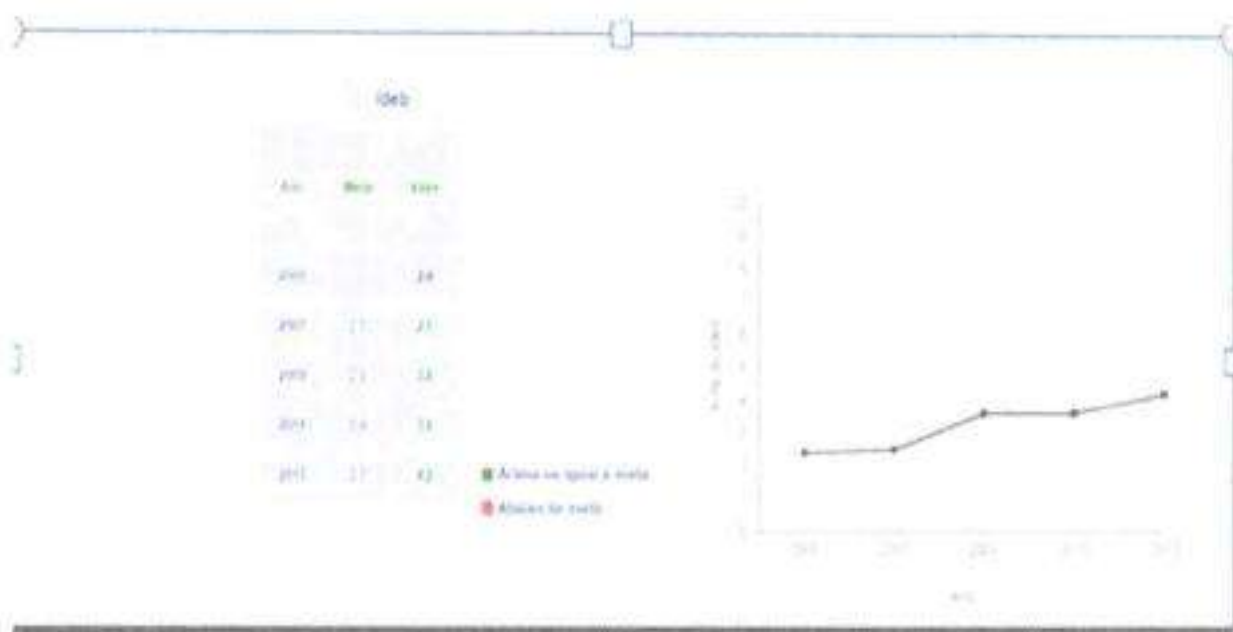


Gráfico 15 – IDEB – EMCLC - EFAI

Observando os resultados desta escola percebemos a elevação ocorrida nos resultados: 2005, 2,4 / 2007: meta, 2,5 alcançada/ 2009 há uma elevação significativa, meta 2,9, alcança 3,8 / 2011 a meta 3,4 a escola consegue 3,8 e em 2013 a meta é 3,7 e o resultado é brilhante, 4,2. Segundo a Gestora, comentando os dois últimos anos de sua gestão, a mesma disse: "se a escola já se encontrava em uma situação destacável de conquista de metas e até superação de algumas, era preciso dar continuidade as práticas que estavam dando certo e somarmos mais esforços, contando com o apoio e investimento da Secretaria Municipal de Educação, dentro desta visão buscamos o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento presente em todos os atores desta Instituição Escolar. Trabalhamos com o objetivo de chegarmos a oferecer uma educação de excelência".







## RESULTADO DA PROVA BRASIL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAL

### Taxa de Aprovação – Prova Brasil

#### ESCOLA ESTADUAL

##### Anos finais do ensino fundamental

Taxa de Aprovação					
Ano	6º	7º	8º	9º	P
2005	57,3	76,9	69,7	60,9	0,74
2007	51,8	63,3	64,8	57,0	0,62
2009	82,7	80,0	100,0	92,9	0,91
2011	85,0	92,6	95,8	88,8	0,91
2013	-	86,7	85,9	91,5	0,87

Tabela 15

Prova Brasil					
Matemática		Língua Portuguesa		N	
Frequência Média	Indicadores Padronizados	Frequência Média	Indicadores Padronizados		
220,0	4,0	201,1	3,1	3,64	
219,1	4,0	220,0	4,1	3,55	
219,2	3,8	222,3	4,1	3,92	
213,5	3,8	210,7	3,7	3,74	
222,3	4,1	215,0	3,8	3,96	

Tabela 16



## ESCOLA MUNICIPAL MARIA JUDITH DE ALBUQUERQUE

Anos finais do ensino fundamental										
Taxa de Aprovação						Prova Brasil				
Ano	1º	2º	3º	4º	5º	Matemática		Língua Portuguesa		Média
						Problemas Resolvidos	Problemas Propostos	Problemas Resolvidos	Problemas Propostos	
2005	74,4	70,7	67,5	68,2	63,2	27,7	3,8	27,0	3,8	3,95
2006	71,2	57,5	54,4	70,8	55,6	23,7	4,4	23,5	4,3	3,85
2007	65,8	74,3	47,8	70,2	52,5	27,4	3,8	24,5	4,2	4,15
2011	54,8	73,3	44,3	68,8	39,8	28,3	3,8	23,3	3,7	3,53
2013	66,8	60,8	60,7	40,0	67,4	22,5	4,4	22,4	4,3	4,27

© 2015 Bep. Todos os direitos reservados. SIG Queda 04 lote 327 - Zona Industrial Brasília DF CEP: 71610-404, Brasília - DF

Tabela 17

Tabela 18





## ESCOLA MUNICIPAL PROFª FRANCISDETE TENÓRIO DE HOLANDA SILVA

### Taxa de Aprovação – Prova Brasil

Taxa de Aprovação							Anos iniciais do ensino fundamental				
Ano	1º	2º	3º	4º	5º	Média	Prova Brasil				R
							Matemática		Língua Portuguesa		
							Proficiência Média	Proficiência Padronizada	Proficiência Média	Proficiência Padronizada	
2006	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
2007	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
2008	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
2011	100	100	99	87	80	93	—	—	—	—	—
2013	100	100	112	85	76	93	159,0	2,7	138,0	3,1	1,50
							179,4	4,6	165,2	4,2	4,09

Tabela 19

Tabela 20

## ESCOLA CLAUDIO LOPES

### Taxa de Aprovação – Prova Brasil

Anos iniciais do ensino fundamental										
Taxa de Aprovação							Prova Brasil			
Ano	1º	2º	3º	4º	5º	M	Matemática		Língua Portuguesa	
							Proficiência Média	Proficiência Padronizada	Proficiência Média	Proficiência Padronizada
							R	R	R	R
2006	—	43,3	55,6	75,6	88,7	60,5	104,3	4,2	148,3	4,5
2007	54,3	52,6	53,5	41,0	38,4	44,2	107,3	4,3	136,8	3,9
2008	100,0	100,0	88,5	82,6	74,2	83,3	176,2	4,4	153,2	4,2
2011	100,0	100,0	100,0	100,0	79,5	93,8	171,4	4,4	133,8	4,2

© 2015 Inep. Todos os direitos reservados. SEI Quadra 04 lote 327 - Zona Setentrional Brasília-DF CEP: 70919-404, Brasília - DF

Tabela 21

Tabela 22





## FORMAÇÃO DOS DOCENTES QUE LECIONAM NO MUNICÍPIO DE BARRA DE GUABIRABA - PE 2014

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	FUNÇÕES DOCENTES						
	PÓS GRADUAÇÃO EFETIVO CONTR.		GRADUADO EFETIVO CONTR.		NORMAL MÉDIO EFETIVO CONTR.		ENSINO MÉDIO
MUNICIPAL	82	03	18	03	07	24	137
PRIVADA	-	01	-	01	-	10	01
ESTADUAL EFAF	06	01	01	03	-		11
ESTADUAL ENS. MÉDIO	10	-	03	10	-		23
TOTAL PRIVADA		01		01		10	01
TOTAL ESTADUAL	16	01	04	13	-		34
TOTAL MUNICIPAL	82	03	18	03	07	24	137
TOTAL GERAL	98	05	22	17	07	34	01

Fonte: Secretaria Municipal de Educação/ Secretaria dos Estabelecimentos de Ensino do Município, Estado e Privada.

Tabela 23

A construção do Plano Municipal de Educação teve como ponto de partida a elaboração de um amplo diagnóstico acerca da realidade do Município. Os resultados deste diagnóstico estabeleceram a base para a discussão de cada meta do PNE, bem como para as consequentes estratégias a serem propostas no campo da política educacional.

Diante do Diagnóstico feito apresentaremos alguns resultados, tendo como fonte: dados do IBGE, INEP, SEMED e Secretarias dos Estabelecimentos de Ensino.







## 7.2. CONSELHOS MUNICIPAIS

No Município de Barra de Guabiraba, dos 10(dez) Estabelecimentos de Ensino há 07(sete) destes que tem **Conselho Escolar**, e cumprem com suas atribuições de opinar, avaliar e fiscalizar a realização de ações propostas em pauta, duas vezes ao ano.

O **Conselho Municipal de Educação** se reúne 04 (quatro) vezes por ano, cumpre com suas atribuições e seus componentes, se apropriam da situação da aprendizagem, aprovação, reprovação, evasão, contribuindo com sugestões para superação dos problemas em discussão.

O **Conselho do FUNDEB** efetivamente se encontra bimestralmente, e quando necessário, tem um papel de importância significativa nas decisões, principalmente, no que diz respeito a valorização do profissional do Magistério e cumpre com o seu papel fiscalizador no acompanhamento dos Recursos debitados, despesas e saldos.

O **Conselho de Alimentação** participam duas vezes ao ano de um encontro, onde tem a oportunidade de inteirar-se do cardápio da merenda, como está acontecendo a sua distribuição, a satisfação das crianças por alguns itens, e a substituição de outros que não são propícios a alimentação ou até por não ser bem aceito pelos estudantes, tendo como prioridade, organizado pela nutricionista, um cardápio equilibrado, com frutas, legumes, verduras, proteínas e carboidratos de qualidade, e nas quantidades, respeitando a per capita, tendo por objetivo proporcionar uma alimentação saudável, consequentemente uma vida de qualidade.





### 7.3. ATIVIDADES SÓCIO EDUCATIVAS

Barra de Guabiraba, atende 2 120 estudantes na sua rede pública de ensino, matriculados na Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais, distribuídos em 10 escolas. A partir desses dados, é possível concluir que esta rede, necessita de uma série de estratégias para o pleno desenvolvimento da educação das crianças, adolescentes e jovens.

Nesse sentido, o município realiza um conjunto amplo de iniciativas educacionais, de cunho federal ou estadual, as quais funcionam como ações sócio educativas, estratégias para a implantação de uma educação integral e integrada que visam auxiliar a melhoria da educação de nossa clientela.

Tais iniciativas se materializam através de Programas e objetivam amenizar as injustiças sociais, através da ampliação da jornada e dos espaços educativos, oportunizando aos educandos maior tempo sob os cuidados e a responsabilidade da escola. Dentre esses programas, destacam-se: **Programa Mais Educação**, **Programa Saúde na Escola (PSE)**.

### 7. 4. PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

O município de Barra de Guabiraba foi contemplado com o Programa mais Educação pela primeira vez em 2013, para 4 escolas e contribuiu de forma significativa para melhoria do ensino aprendizagem dos estudantes que apresentavam dificuldades em português e matemática; como também oportunizou a clientela selecionada dentro do critério de prioridade do programa, ao acesso as oficinas de atividades pedagógicas de português e matemática, jornal, percussão, karatê e banda.

O sucesso do Programa foi devido a sua organização, onde havia os encontros mensais para os Coordenadores (em Recife), Formação continuada para os(as) oficinairos(as), quinzenalmente, e um Professor Responsável para acompanhar as oficinas nos locais em que aconteciam, escolas ou espaços cedidos por instituições públicas.

Funcionou até maio de 2014, tivemos um momento de culminância das atividades numa apresentação, em praça pública, no mês de junho, das produções



de cada oficina. O Município precisou parar por alguns meses com estas atividades por conta da falta de recursos, só após a chegada dos novos recursos é que foram reiniciadas as oficinas de Organização Pedagógica, Direitos humanos, Percussão e Banda.

Este Programa é o primeiro passo para que as escolas municipais comecem a vislumbrar a vivência da escola de tempo integral, onde a criança/adolescente passará no mínimo 7 (sete) horas na escola.

## 7.5. PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE

Este Programa consiste em iniciativa interministerial, entre o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, e visa o fortalecimento das ações socioeducativas de promoção, prevenção e implantação de atendimento às demandas de saúde de adolescentes e jovens escolares no município.

O PSE, a partir de uma parceria entre a Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social, desenvolve ações, através de palestras e seminários nas escolas com o objetivo de informar e orientar para a prevenção de situações indesejáveis, como Doenças Sexualmente Transmissíveis – DSTs, gravidez na adolescência, problemas visuais, obesidade, baixa autoestima e outros temas de interesse da clientela.

Contamos com a efetiva presença dos Enfermeiros, Agentes de Saúde e os Psicólogo, Nutricionista, Fonoaudióloga, Educador Físico e Assistente Social do NASF (Núcleo de Assistência à Saúde da Família) na Creche e em todas as escolas do município de Barra de Guabiraba, visitas organizadas em um cronograma mensal, para que a efetivação das mesmas sejam cumpridas, trabalho dinâmico, contagiante e significativo para professores e estudantes. O NASF, também presta atendimento através de visitas, a APAE, do município e a outras instituições do Município quando solicitados.





## 8. EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil, no Brasil, foi reconhecida como primeiro nível da Educação Básica pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDBEN 9394/96), a qual reafirma o disposto na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA- Lei nº 8.069/1990), o que revela uma conquista social.

Nessa perspectiva, a Educação Infantil tem como função a educação da criança e o cuidado com ela de forma incissociável, reconhecendo-a como sujeito social de direitos e consolidando a infância enquanto uma categoria social e histórica. Aliado a esse reconhecimento, o trabalho em creches e pré-escolas passa a ter uma função de complementaridade à ação da família.

Sendo a Educação Infantil a primeira etapa da educação básica, tendo como objetivo o desenvolvimento integral da criança nos aspectos físico, emocional, afetivo, cognitivo e social. Uma vez que esses desenvolvimentos favorecem o acesso à aquisição de conhecimentos futuros que serão estabelecidos, o Município de Barra de Guabiraba vem investindo significativamente na melhoria e na qualidade dessa modalidade de ensino, através de Formação Continuada para os Professores e demais funcionários, organização na área física, através de reparos, retelhamento, pintura, aquisição de mobiliário, instalação de parque, melhoria na qualidade da alimentação, garantindo verduras, legumes, frutas e outras melhorias.

A tabela abaixo mostra que as matrículas da educação infantil – Creche e pré-escola tem se mantido constante com poucas variações.

Diante do Diagnóstico feito apresentaremos alguns resultados, tendo como fonte dados do IBGE, INEP, SEMED, de 2010 a 2014.

Apresentamos neste gráfico percentual das crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos que frequentam a escola, que totaliza 75,8%, segundo dados do IBGE 2010 e PNAD 2013. No entanto a exigência da Meta 1, é que seja universalizada a Educação Infantil e a Pré- Escola para todas as crianças nesta idade, até 2016.







## Indicador 1 A – Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola



Gráfico 16

Observamos no gráfico abaixo o percentual das crianças de até 3 (três) anos que frequenta a escola, que totaliza 8,3%, segundo dados do IBGE 2010 e PNAD 2013. O grande desafio, é que até o final da vigência deste PME, o Município consiga atender, no mínimo, 50% do total destas crianças.

## Indicador 1 B – Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola



Gráfico 17





**Tabela- 24 -Matrícula Inicial na Educação Infantil – Creche (até 3 anos) – 2010 a 2014**

ANO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA		TOTAL
	MUNICIPAL	PRIVADA	
2010	17	66	84
2011	16	64	80
2012	18	60	78
2013	19	48	67
2014	17	91	108

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SEMED)/Secretaria dos Estabelecimentos de Ensino

**Tabela- 25 -Matrícula Inicial na Educação Infantil – Pré-Escolar I e II (4 e 5 anos)- 2010 a 2014**

ANO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA		MATRICULADOS
	MUNICIPAL	PRIVADA	TOTAL
2010	204	85	289
2011	176	94	270
2012	263	90	353
2013	247	70	317
2014	219	126	345

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SEMED)



## 8.1 META 1 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar, em regime de colaboração com o Estado e a União, a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

### Indicador 1 A

Percentual de crianças de 4 (quatro) e 5(cinco) anos na escola.

Meta do Brasil: 81,4%

Situação do Município: 75,8%

### Estratégias:

- 1.1. Definir em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais;
- 1.2. Promover a formação inicial e continuada dos(as) profissionais da educação infantil;
- 1.3. Manter e ampliar, em regime de colaboração com a União e o Estado, respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;
- 1.4. Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar com parceria com Instituições que assistem a esta clientela, aos alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.



assegurando a educação bilíngue para as crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;

- 1.5. Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias por meio da articulação das áreas de educação, saúde (Psiquiatra, Psicólogo, Fonoaudiólogo,) e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade;
- 1.6. Preservar as especificidades da educação infantil na organização nas redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do(a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;
- 1.7. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;
- 1.8. Assegurar a elaboração e difusão de orientações curriculares, formação de pessoal e produção de materiais com o objetivo de imbuir nas crianças o conhecimento, respeito e valorização da diversidade étnico-racial, compreendidos como requisito para seu desenvolvimento e preparo para o exercício da cidadania;
- 1.9. Estabelecer parcerias e convênios com IES, com vistas a subsidiar a elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos pedagógicos nas instituições de EI, em consonância com as diretrizes curriculares nacionais vigentes e normas estaduais e municipais;
- 1.10. Inserir no processo formativo das crianças, elementos favorecedores da cultura de paz, do campo artístico e estético, do cuidado com o meio ambiente, da solidariedade, da ética e da justiça.





- 1.11. Cumprir as Diretrizes Nacionais da Educação Infantil, a Política Nacional e demais legislações, programas e projetos favorecedores do processo educacional das crianças.
- 1.12. Oportunizar, em colaboração com os outros entes federados, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga, possibilitando a relação computadores/crianças nas instituições de EI, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação como mais um ambiente de aprendizagem.
- 1.13. Buscar, em regime de colaboração com a Secretaria de Saúde, um profissional da área médica ou técnico de enfermagem para atender integralmente, as crianças matriculadas na Educação Infantil, durante o funcionamento das turmas.

#### Indicador 1B

Percentual da população de 0 (zero) a 3 (três) anos que frequenta a escola.

Meta do Brasil: 23,2%

Situação do Município: 8,3%

- 1.1. Garantir que, ao final da vigência deste PME, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar percapita mais elevado e as do quinto de renda familiar percapita mais baixo;
- 1.2. Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;
- 1.3. Estabelecer, no segundo ano de vigência deste PME, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creche;
- 1.4. Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parcerias com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à





infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;

1.5. Estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0(zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

1.6. Observar, como parâmetro de planejamento, na matrícula a organização das respectivas turmas, de acordo com a seguinte relação Crianças/Educador/ Assistente com nível mínimo de Ensino Normal Médio

1.6.1. 0 a 2 anos – de 8 a 10 crianças / 01 professor(a) / 01 assistente

1.6.2. 3 anos – de 12 a 15 crianças / 01 professor(a) / 01 , assistente

1.6.3. 4 e 5 anos – 20 crianças/ 01 professor(a)





## 09. DADOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394/96), aprovada em 20 de dezembro de 1996, consolida e amplia o dever do Poder Público para com a educação em geral e, em particular, para com o Ensino Fundamental.

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 09 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 06 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006).

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

§ 5º O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado. (Incluído pela Lei nº 11.525, de 2007).

Também de acordo com a LDB/96, Estados e Municípios devem incumbir-se de definir formas de colaboração na oferta do Ensino Fundamental, o que pode trazer grandes benefícios, pois ações conjuntas – bem planejadas, renovadas em seu espírito e reforçadas em seus meios – podem assegurar a oferta de uma educação de qualidade.

No Município de Barra de Guabiraba, o Ensino Fundamental, além de obrigatório de acordo com os preceitos legais, tem sido tratado como direito básico de cidadania.

Há um grande investimento no Ensino Fundamental Anos Iniciais, dois Programas que fundamentam e orientam a metodologia e atividades a serem utilizadas em salas de aula, com acompanhamento sistemático pelos(as) Supervisores(as) e Coordenadoras, faz parte da Formação Continuada dos







Docentes, o Alfabetizar com Sucesso, do 1º ao 5º ano e o PNAIC, do 1º ao 3º ano, do 6º ao 9º ano, tem sido oferecida Formação Continuada aos Docentes nas diversas áreas do Conhecimento, trabalhando com os educandos no desenvolvimento de seu sentimento de pertencimento e empoderamento, através da vivência de projetos e de aulas atrativas e dinâmicas, contando com o apoio de parceiros dos diversos segmentos da sociedade numa gestão democrática e participativa. O Município tem apresentado bons resultados em seus índices, como também tem havido uma diminuição significativa de evasão escolar.

Constatamos através de dados do IBGE – 2010 e PNAD 2013, que a Rede Municipal de Ensino apresentava 93,6% de estudantes matriculados de 6(seis) a 14 (quatorze) anos. Quanto aos dados de 2014, apresentam o aumento deste percentual, uma vez que os educandos da Escola Estadual, desde 2012, passaram para a Rede Municipal, restando apenas algumas poucas turmas do 9º ano (totalizando 185 estudantes) em 2015.

#### **Indicador 2 A – Percentual da população de 6 a 14 anos que frequentam a escola**

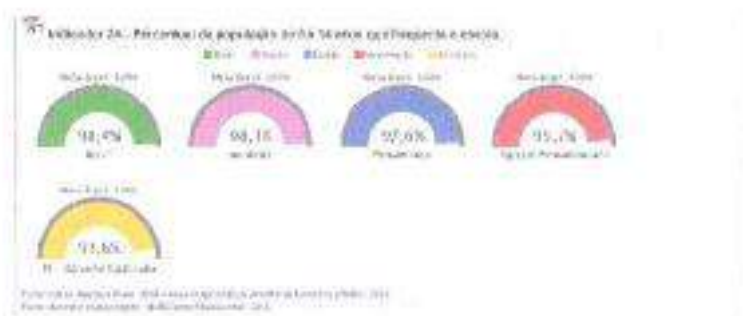


Gráfico 18

Observamos abaixo a matrícula dos estudantes de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos, matriculados no Ensino Fundamental Anos Iniciais, de 2010 a 2014, por Dependência Administrativa.







**Tabela 26 - Matrícula do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, por dependência administrativa 2010 – 2014.**

ANO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA		TOTAL
	MUNICÍPIO	PRIVADA	
2010	1.726	31	1.757
2011	1.435	44	1.479
2012	1.224	70	1.294
2013	1.642	68	1.710
2014	2.038	70	2.108

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SEMED) / Secretaria dos Estabelecimentos de Ensino

A Administração Pública Municipal tem feito um alto investimento nessa etapa de ensino, principalmente depois de receber praticamente toda a demanda que antes era dividida com a Rede Estadual desde o ano de 2012, como mostra a tabela acima, observamos o aumento da matrícula nas redes municipal e privada, visando ofertar uma educação de qualidade social e procurando garantir o acesso e a permanência dos estudantes.

Observando o gráfico abaixo, percebemos que o Município de Barra de Guabiraba, apresenta um percentual de 43,6% de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído, segundo dados do IBGE 2010 e o PNAD 2013. Mas é preciso juntar esforços para que até o último ano de vigência deste PME (2024), seja garantido que pelo menos 95% dos estudantes concluam esta etapa de ensino na idade recomendada.

**Indicador 2B – Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído.**





Gráfico 19

Tabela 27 - DADOS DOS (AS) ESTUDANTES DO 9º ANO MATRICULADOS EM 2014

Quantidade de alunos (as) com menos de 14 anos matriculados no 9º ano		Quantidade de alunos (as) de 14 a 16 anos matriculados no 9º ano	
MUNICÍPIO	09	MUNICÍPIO	135
ESTADO	-	ESTADO	185
TOTAL	09	TOTAL	320

Fonte: Secretarias das Escolas do Município e do Estado

Observando a tabela percebemos que os 09 alunos (as) com menos de 14 (quatorze) anos cursaram a Alfabetização com menos de 06 (seis) anos, o que atualmente, seria ilegal, por outro lado é direito do aluno(a) não retroceder nos seus estudos, quanto aos que estão 320 (trezentos e vinte) que estão entre os 14 a 16 anos não são considerados em distorção, pois a distorção só se efetiva com mais de dois anos de um ano para outro. Se não abandonarem e não forem reprovados estes 320 estudantes concluirão em tempo hábil o Ensino Médio.

### 9.1. TAXA DE APROVAÇÃO

Permite avaliar a produtividade do Sistema Educacional em cada ano e nível de ensino. Este indicador pode ser considerado como taxa de sucesso ou insucesso que o sistema obteve durante o ano.

Tabela 28 – Taxa de Aprovação - Ensino Fundamental – Anos Iniciais, por Dependência Administrativa 2010 - 2014.

ANO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA		
	MUNICÍPIO		PRIVADA
2010	801	-	29
2011	687	-	38
2012	707	-	62
2013	643	-	66



2014	1.679	-	195
------	-------	---	-----

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SEMED)

**Tabela 29 – Matrícula e Taxa de Aprovação- Ensino Fundamental - Anos Finais, por dependência administrativa 2010 - 2014.**

ANO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA		
	Matrícula	Aprovação	
	MUNICIPAL	MUNICIPAL	ESTADUAL
2010	755	368	
2011	532	326	
2012	640	440	
2013	622	439	
2014	801	575	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SEMED) / Secretaria dos Estabelecimentos de Ensino

As tabelas acima mostram os índices de aprovação do Ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino. Observando os resultados da Rede Municipal demonstram que os investimentos feitos em Formação Continuada, do 1º ao 9º ano, Acompanhamento e Programas de Alfabetização (Alfabetizar com Sucesso e PNAIC) têm contribuído para a melhoria dos índices. É preciso continuar investindo e a partir dos dados observados é possível traçar metas e ações para melhorá-las.





## 9.2. TAXA DE ABANDONO

Permite avaliar a perda, por abandono, do sistema educacional em cada nível de ensino e dependência administrativa durante o ano. A tabela mostra que houve queda na taxa de abandono do Ensino fundamental Anos Finais, na rede municipal.

Segundo informações da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) a taxa de abandono no Ensino Fundamental Anos Iniciais é insignificante, devido a políticas voltadas junto às famílias, com parcerias do Conselho Tutelar e Assistência Social.

**Tabela 30 -TAXA DE ABANDONO - Ensino Fundamental Anos Finais – 2010 - 2014**

ANO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
	MUNICIPAL
2010	106
2011	100
2012	122
2013	44
2014	47

Fonte: Secretaria da Escola Municipal Maria Judith de Albuquerque

A tabela acima mostra índices de abandono no Ensino Fundamental Anos Finais, da Rede Municipal de Ensino, que tem apresentado índices significativos de diminuição no quantitativo de estudantes que abandonam os estudos, diz a gestora da escola: “na sua maioria, tem como motivo principal a necessidade de trabalhar para ajudar na renda da família, isto gerando a ida em busca de trabalho em cidades maiores como: Recife, Caruaru, Toritama, Santa Cruz, Cabo de Santo Agostinho, outro motivo é que mesmo trabalhando no próprio Município se sentem cansados e desestimulados, percebe-se que estudar para muitos, diante de sua







condição social, fica para um segundo plano". Portanto se faz necessário uma política que garanta a diminuição total dessa taxa, e que proporcione a estes estudantes a elevação de sua autoestima e o despertar para a necessidade de concluir seus estudos, como possibilidade de competir no mundo do trabalho e sentir-se inserido na sociedade em que vive, podendo vir a ter a possibilidade de intervir em sua realidade social, garantindo a vivência de uma Cidadania plena. Se não se atentar para estas possíveis soluções teremos como consequência a geração da distorção idade/série sempre presentes nos resultados do Município.



### 9.3. DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

Proporção de alunos com atraso escolar de 2 anos ou mais, para todo o Ensino Básico, de 2008 até 2013 do Município de Barra de Guabiraba.

### DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE DA ESCOLA DA REDE ESTADUAL



Gráfico 20



A Escola Estadual apresenta uma distorção idade/série na 8ª série /9º ano no ano de 2012 muito alta em relação as outras séries/anos em anos anteriores. Esta Escola teve matriculado no ano de 2014, 185 (cento e oitenta e cinco) estudantes no 9º ano, sendo até 14 anos 95 (noventa e cinco), e acima de 15 anos 90 (noventa).



Em 2015 será o último ano em que esta escola oferecerá Ensino Fundamental Anos Finais, o Município assumiu desde 2012, a princípio, do 1º ao 6º ano, e a partir de 2016 a responsabilidade desta modalidade de Ensino é de total compromisso da Rede Municipal e da Rede Privada, para os anos oferecidos pelas mesmas.

## ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE BARRA DE GUABIRABA

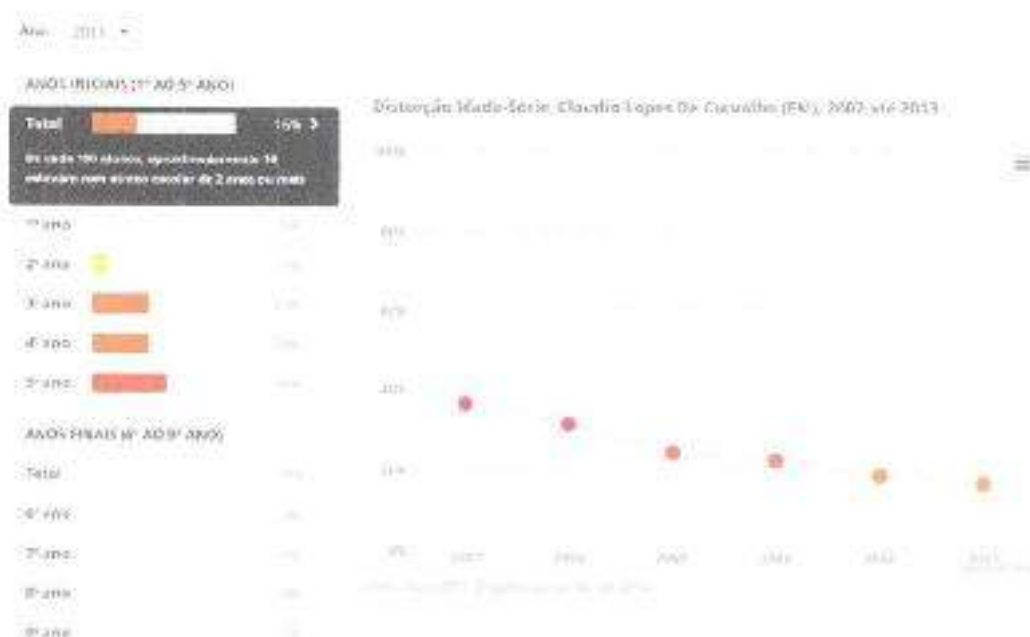


Gráfico 21

Observando o gráfico acima se percebe que a distorção idade/série vai aumentando na proporção das séries/anos subsequentes. Como podemos constatar no 1º ano a distorção é 0% e vai aumentando, gradativamente, chegando a 4ª série/5º ano a 26%, preocupante, precisa-se de políticas para que esta taxa não venha a aumentar.

Quanto ao gráfico abaixo da Escola Maria Judith de Albuquerque, só são apresentados dados dos anos de 2007 a 2009 dos estudantes da 5ª série/6º ano a 8ª série/9º ano, estes dados são gritantes, pois quanto mais alta a série/ano, mais alta a distorção, resultado causado por possíveis abandonos e reprovação. Faz-se

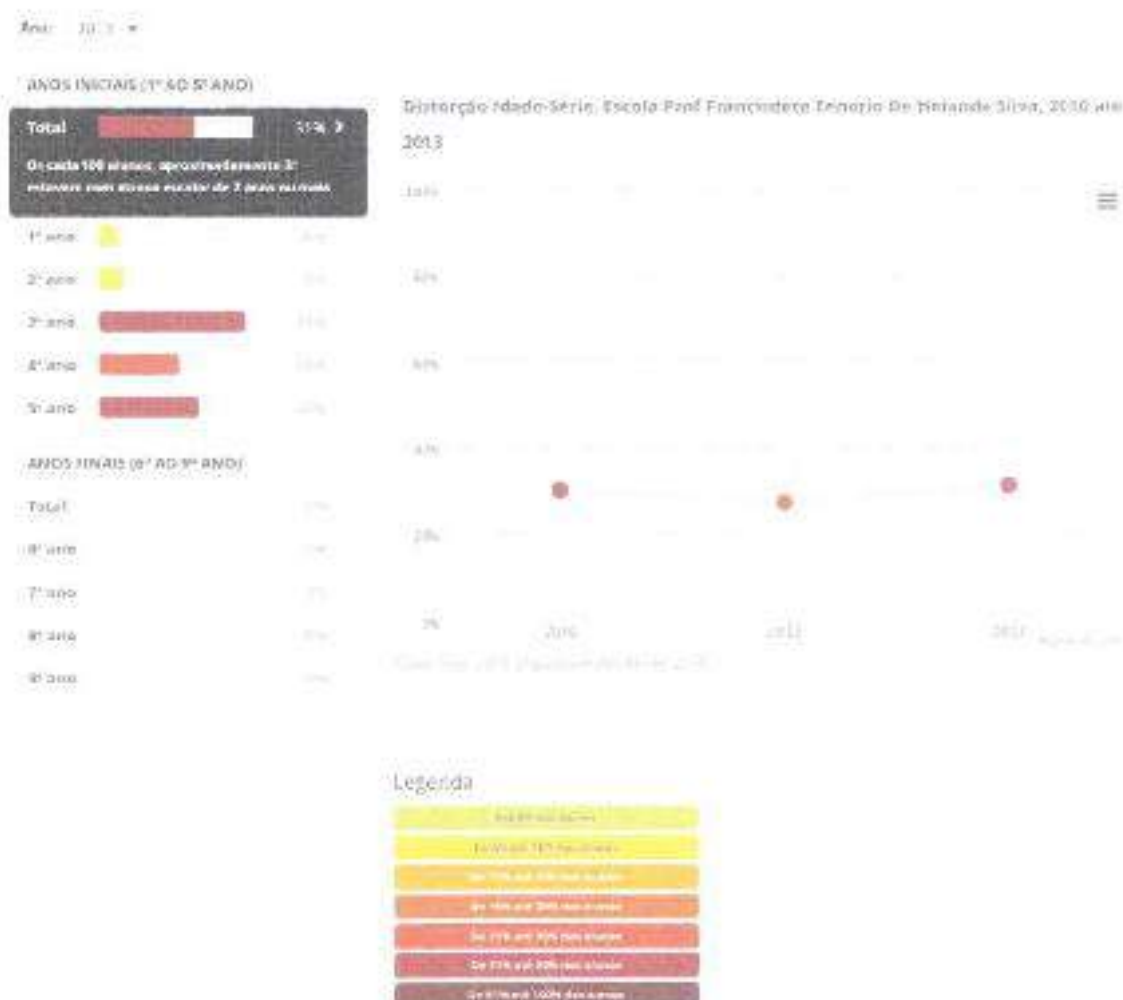


necessário políticas a ser desenvolvidas na escola, para que se garanta a matrícula e permanência do educando até a conclusão do 9º ano.

Gráfico 22



Gráfico 23







Na Escola Municipal Francisdete Tenório, observando o gráfico, percebe-se que mesmo sendo estudantes dos anos iniciais, mas já se apresenta um percentual significativo e preocupante da distorção Idade/série, em 2013 o 3º ano apresenta uma distorção de 47%, se faz necessário políticas que garantam a matrícula e permanência do educando até o final do ano, há não ser por motivo de transferência com incentivo para que continuem os estudos na cidade onde irão residir, podendo se contar com a parceria do Conselho Tutelar, e do controle da frequência do Programa Bolsa Família.



## 9.4 META 2 – ENSINO FUNDAMENTAL

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos, para toda população de 6(seis) a 14(quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada até o último ano da vigência deste PME.

Indicadores

1 A ) Percentual da população de 6(seis) a 14 (quatorze) anos que frequenta a escola.

Meta do Brasil: 98,4%

Situação do Município: 93,6%

1 B. Percentual de pessoas de 16 (dezesesseis) anos com pelo menos o ensino fundamental concluído.

Meta do Brasil: 66,7%

Situação do Município: 43,6

## ESTRATÉGIAS:

2.1 Assegurar a implementação da Proposta Curricular, atualizada sob a responsabilidade dos órgãos competentes, garantindo a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental até o segundo ano de vigência deste PME.

2.2 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e permanência na escola por parte dos beneficiários de programas de transferência de renda, identificando, junto aos parceiros, entre eles o Conselho Tutelar, os motivos de ausência, conseqüentemente de baixa frequência, garantindo assim assiduidade e apoio à aprendizagem.

2.3 Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de Assistência social, Saúde e Conselho Tutelar.



**2.4** Garantir que, a partir da aprovação do PME, todas as escolas de Ensino Fundamental elaborem seus Projetos Político-pedagógicos, estabelecendo mecanismos para o acompanhamento individualizado dos(as) estudantes do Ensino Fundamental.

**2.5** Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos(as) alunos(as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de Assistência Social, Saúde e Conselho Tutelar.

**2.6** Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos(as) alunos(as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.

**2.7** Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.

**2.8** Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental garantida a qualidade para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

**2.9** Incentivar e disponibilizar condições para a integração escola-comunidade, visando ampliar as oportunidades de conhecimento e reflexão da realidade, bem como a vivência de experiências que contribuam para a inserção social e desenvolvimento de cidadania, aos estudantes.

**2.10** Ajustar a relação entre o número de alunos e professores, garantindo a qualidade do processo ensino-aprendizagem, em conformidade com resolução específica expedida pelo Conselho Estadual de Educação.



**2.11** Promover atividades extracurriculares de incentivo aos (às) estudantes e de estímulo a desenvolver habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais.

**2.12** Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional.

**2.13** Garantir o transporte escolar, em regime de colaboração entre União, Estado e municípios atendendo aos princípios básicos de segurança exigidos pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) e as normas de acessibilidade que garantem segurança aos alunos com deficiências, levando em consideração o tempo de permanência e idade mínima dos alunos assegurando que cada ente assumam suas responsabilidades de forma a garantir a escolarização dos alunos oriundos da zona rural.

**2.14** Promover, em regime de colaboração, programas de qualificação permanente para os profissionais que atuam no Ensino Fundamental.







## 10. ENSINO MÉDIO

O Ensino Médio precisa ser entendido como uma proposta de Educação que propicie aprendizagem de competências de caráter geral, que forme pessoas mais aptas a assimilar mudanças, que sejam mais autônomas em suas escolhas, que respeitem as diferenças e superem a segmentação social.

A Constituição Federal (Art. 208) traz como dever do Estado a garantia da progressiva universalização do ensino médio gratuito. Este dever do Estado vem trazer a oportunidade a muitos jovens de realizarem seus estudos, mas, como os desafios da modernidade exigem, queremos um Ensino Médio que vá proporcionar as aquisições de competências relacionadas ao exercício da cidadania e da inserção produtiva.

O Ensino Médio precisa conduzir seus jovens alunos à autoaprendizagem, à percepção da dinâmica social e da capacidade para nela intervir, a compreender os processos produtivos, a terem capacidade de observar, interpretar e tomar decisões, a terem domínio de aptidões básicas de linguagens, comunicação, abstração, gerar informação e usá-la para solucionar problemas concretos na produção de bens ou na gestão e prestação de serviços.

O Ensino Médio é uma modalidade que influencia na formação do cidadão que proporcionará ao mesmo a condição de concorrer no mercado de trabalho, ser um empreendedor, como também possibilitará sua entrada na Universidade tendo como um dos acessos a nota do ENEM, e que estas condições acarretará no desenvolvimento econômico e social do município.

Infelizmente, esta clientela muitas vezes já chega ao Ensino Médio apresentando distorção, por vários motivos, como, abandono, repetência, há um desestímulo muito grande por parte destes jovens, principalmente a falta de vontade de prosseguir nos estudos, a maioria filhos de pais analfabetos e que trabalharam a vida inteira na agricultura, e que para sobreviver precisam se deslocar para outros centros urbanos para conseguir emprego, sendo este um dos maiores motivos da desistência(abandono).

Este nível de ensino é do Estado que no Município de Barra de Guabiraba conta com uma unidade de Ensino Médio Semi-integral. até o ano de 2015 está sendo oferecido o Ensino Médio Normal Médio(última turma), uma vez que ao se tornar EREM em janeiro de 2013, não se ofereceu mais matrícula para o referido





curso, aos estudantes que apresentam distorção idade/série e que só tem oportunidade de estudar à noite, por conta de em sua maioria já trabalharem para obter o seu sustento e o de sua família, é oferecido o Programa Travessia Médio, com a duração de 1 ano e 8 meses de curso (até 2016), neste ano de 2015 passou-se a se oferecer a esta clientela o EJA Médio, com a duração de 1 ano e 6 meses de curso.

Porém o PME tem que acolher e dialogar com a atuação do Estado e articulá-la com as forças propulsoras do desenvolvimento do Município. Até porque, a demanda dos estudantes do 9º ano da Escola Municipal, será acolhida por esta Instituição de Ensino.

A Escola de Ensino Médio no município oferece uma infraestrutura adequada, possui biblioteca com um acervo variado e atualizado, laboratório de informática, de Ciências, quadra de esportes, televisores, DVDs, Micro system, notebook para professores e estudantes, abastecimento de água e rede de saneamento básico, merenda e professores qualificados.

O desafio do Estado é receber a demanda do município garantindo um ensino de qualidade social, enfatizando a vivência de um protagonismo juvenil que venha despertar nestes jovens aptidões e preparação para o enfrentamento de situações do meio em que vivem, como também os preparando para o mundo competitivo do trabalho, e procurando ampliar as alternativas de atendimento aos grupos menos favorecidos da população que estão chegando ao ensino médio e em sua maioria irão para o turno da noite e que se não forem incentivados, desistirão diante do primeiro obstáculo, até mesmo pelo cansaço do trabalho, por exemplo. Faz-se necessário a utilização de uma metodologia diferenciada, atrativa que venham a melhorar a autoestima destes estudantes, que já foram excluídos em algum momento de suas vidas do Ensino Regular.





## INDICADORES DA META DO ENSINO MÉDIO



Gráfico 24

Gráfico 25

Observando o gráfico referente aos Indicadores 3A e 3B, vimos a situação do município de Barra de Guabiraba, 72,1%, em relação aos dados do Brasil, 84,3%, e que o percentual do Brasil até o final da vigência deste Plano é de 100%, em relação ao primeiro indicador, quanto ao segundo, a situação do município é de 32,7%, quanto ao Brasil apresenta 55,3%, tendo como meta até o término deste alcançar 85% da taxa de escolarização líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos. Isto significa que é preciso elevar o esforço para que esta meta seja cumprida pelo município até 2024.

## 10.1. RESULTADO NO ENEM DA ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO LEOBALDO SOARES DA SILVA

Ano: 2013

Não há resultado do Enem para esta escola neste ano.

Ano: 2012

**Taxa de participação**

37%\*

**47 alunos participantes**

nos dois dias da avaliação.

Esta é a proporção de alunos da escola que participaram desta edição do Enem.

Fonte: QEd.org.br. Micro dados do Enem/Inep (2012). Organizado por Meritt (2014).

**Média em Ciências Humanas**

**Geografia, História, Filosofia e Sociologia**







473pts\*

Média em Ciências Humanas

Fonte: QEdú.org.br. Microdados do Enem/Inep (2012). Organizado por Meritt (2014).

**Média em Ciências da Natureza**

**Física, Química e Biologia.**

423pts\*

Média em Ciências da Natureza

Fonte: QEdú.org.br. Micro dados do Enem/Inep (2012). Organizado por Meritt (2014).

**Média em Linguagens e Códigos**

**Português, Artes, Educação Física, Inglês e Espanhol.**

443pts\*

Média em Linguagens e Códigos

Fonte: QEdú.org.br. Micro dados do Enem/Inep (2012). Organizado por Meritt (2014).

**Média em Matemática**

415pts\*

Média em Matemática

Fonte: QEdú.org.br. Micro dados do Enem/Inep (2012). Organizado por Meritt (2014).

Média em Redação

467pts\*

Média em Redação

Observando os dados percebemos que a participação de menos de 50% dos estudantes impossibilita a disponibilização dos dados oficialmente pelo Inep e os resultados não são representativos, isto aconteceu em anos anteriores, com percentual igual ou menor de participantes. Faz-se necessário a concretização de políticas que venham a incentivar os estudantes do 3º ano do Ensino Médio a se inscrever e participar das provas do ENEM, com o objetivo de aumentar o percentual de participantes, ultrapassando os 50 %(cinquenta) para que estes resultados sejam representativos e venham a ser disponibilizados oficialmente pelos órgãos de quem é de direito.







## 10.2. META 3 – ENSINO MÉDIO

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de quinze a dezessete anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para oitenta e cinco por cento.

### INDICADOR 3-A

Percentual da população de 15(quinze) a 17 (dezessete) anos que frequenta a escola.

Meta do Brasil: 84,3%

Situação do Município: 72,1%

### INDICADOR B

Taxa líquida de matrícula no Ensino Médio.

Meta Brasil: 55,3%

Situação do Município: 32,7%

### Estratégias:

3.1. Institucionalizar programa nacional de renovação do ensino médio

. Implantação do programa PROEMI com oficinas diversificadas em contra turno;

. Intensificação do trabalho pedagógico por meio de projetos interdisciplinares entre componentes curriculares e áreas de conhecimentos;

3.2. Garantir aprendizagem e desenvolvimento para o a uno do Ensino Médio em tempo e etapa deste nível

. Oportunizando programas de correção de fluxo, Projeto Travessia e EJA Médio, à população urbana e do campo;

3.3. Implantar uma Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio

. Atualização da Proposta Curricular da Escola condensando as ideias do Plano Nacional Curricular, Parâmetros Estadual de Educação e Proposta Curricular de Educação Integral;

3.4. Garantir espaços culturais e práticas desportivas

. Aprimoramento do acervo da biblioteca e projetos de incentivo à leitura;

. Implantação de oficinas de esportes no contra turno;





3.6. Universalizar o ENEM, articulado às demais avaliações externas para subsidiar políticas públicas

.Inserção de aulões preparatórios e simulados no PPP(Projeto Político Pedagógico);

.Promoção de projetos de incentivo ao ingresso no Ensino Superior para os alunos do Ensino Médio;

3.7. Fomentar a expansão das matrículas gratuitas no Ensino Médio integrado à Educação Profissional

. Sensibilização dos alunos concluintes do 9º ano ( nono ano) para o ingresso no Ensino Médio Integrado com foco numa Educação Profissional;

. Oferecer com parcerias juntos as esferas Municipal, Estadual e Federal, Formação Continuada para Professores em Libras e braile para possibilitar um trabalho eficiente com os alunos com deficiências;

3.8. Estruturar e fortalecer o acompanhamento e monitoramento de programas de transferência de renda no Ensino Médio

. Acompanhamento da frequência escolar para a bolsa família;

. Análise dos resultados bimestrais e comportamento dos estudantes de acordo com a Avaliação Interdimensional proposta pelo Programa de Educação Integral de Pernambuco;

. Trabalho em parceria com a Família, Secretaria de Saúde e Conselho Tutelar.

3.9. Promover a busca da população de 15 (quinze) e 17 (dezesete) anos fora da escola

.Divulgação na rádio local, por meio de carro de som e redes sociais sobre o período de matrícula do Ensino Médio Regular e de Programa de Correção de Fluxo;

. Manter contato através de telefonemas e visitas aos educandos e responsáveis;

.Comunicação de estudantes evadidos ao Conselho Tutelar, depois de realizadas tudo o que seja de incumbência da própria escola ao Conselho Tutelar para as devidas providências;

3.10. Redimensionar a oferta do Ensino Médio, nos turnos diurno e noturno, bem como:

.A distribuição da escola de Ensino Médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades dos (as) estudantes;

3.11. Desenvolver oferta de ensino para os filhos de profissionais itinerantes

.Garantia de matrícula em qualquer época do ano desde que, o mesmo (a), esteja matriculado(a) e frequentando as aulas numa escola registrada oficialmente;





## 11. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

### INDICADORES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

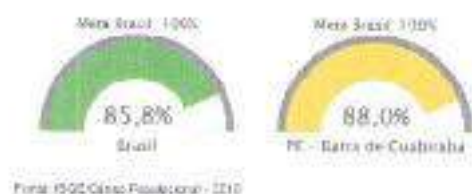


Gráfico 25

A educação ao longo dos tempos tem buscado acompanhar as transformações exigidas pela contemporaneidade. Diante dessa perspectiva o respeito e atendimento à diversidade se constituem em premissas básicas. Nesse contexto, a inclusão apresenta-se como necessária para que se faça cumprir a Legislação vigente, de acordo com a Constituição Federal em seu artigo 208 - inciso III, que estabelece o direito das pessoas com necessidades especiais de receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino. Para tanto, faz-se necessário a integração plena dos (as) estudantes com necessidades educacionais especiais às classes escolares regulares, fazendo valer, a estes, a oportunidade de usufruir dos seus direitos.

Quanto aos dados referentes ao município de Barra de Guabiraba, a tabela abaixo demonstra que a maioria dos estudantes com necessidades especiais encontram-se matriculados na rede pública de ensino.

Diante desses dados, nota-se que o município, paulatinamente, vem fazendo cumprir as determinações e exigências legais que primam pela inclusão dos (as) educandos com necessidades educacionais especiais nas classes regulares de ensino. Porém, para que o município possa, de fato, implementar um sistema educacional inclusivo, faz-se necessário adotar algumas medidas, pois a exigência veemente da sociedade não só visa à consolidação de escolas inclusivas, mas, acima de tudo, à concretização de uma educação que garanta a todas as pessoas o acesso não só a uma escolarização que promova o atendimento à diversidade, mas, acima de tudo, que contemple o atendimento à vida em sua totalidade. Dentre elas a oferta de atendimento educacional especializado em Salas de Recursos Multifuncionais - AEE ou em instituições parceiras no contra turno da





escolarização, (APAE) bem como apoio de especialistas em diversas áreas da saúde em centros de atendimento especializado.

**Tabela - 31 ESTUDANTES INCLUIDOS EM SALAS REGULARES - 2014**

	GRECHE	PRE- ESCOLA	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	ENSINO MÉDIO	TOTAL
MUNICÍPIO			32	10		42
ESTADO					03	03
PRIVADA						
TOTAL			32	10	03	45





## 11.1. META 4- INCLUSÃO

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

### Indicador

Percentual da população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência que frequenta a escola.

Meta Brasil: 85,8%

Situação do Município: 88%

### Estratégias

4.1) promover no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

4.2) definir critérios para a implantação das salas de recursos multifuncionais, garantindo a implantação da distribuição equitativa do percentual proposto para as escolas da rede municipal, a cada dois anos de vigência do PME;

4.3) implantar, ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais, em articulação com o Estado e a União, em no mínimo 50% das escolas da rede municipal e realizar a formação continuada de professores e professoras, profissionais de apoio e monitores(as) para o AEE para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas e do campo, além das conveniadas;

4.4) garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência que necessitem de atendimento especializado, matriculados na rede





pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;

4.5) estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.6) manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação;

4.7) promover parcerias que possibilitem a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (as) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do **art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;

4.8) garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

4.9) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os







órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

4.10) fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.11) promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

4.12) definir, no segundo ano de vigência deste PNE, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.13) promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;

4.14) promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;

4.15) promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.



4.16)definir critérios para a implantação das salas de recursos multifuncionais garantindo a implantação da distribuição equitativa do percentual proposto para as escolas da rede municipal a cada dois Anos de vigência do PME.

